

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV
NÚCLEO DE ESTUDOS DE CULTURA E CIDADE
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, CULTURA URBANA E
MEMÓRIA.**

JAQUELINE VALOIS RIOS SENA

**ASCENSÃO SOCIAL DA MULHER JACOBINENSE:
DE QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU A
EMPREENDEDORAS.**

JACOBINA - BAHIA

2012

JAQUELINE VALOIS RIOS SENA

**ASCENSÃO SOCIAL DA MULHER JACOBINENSE:
DE QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU A
EMPREENDEDORAS.**

Monografia apresentada ao Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade, Pós-Graduação em História Cultural Urbana e Memória, Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Departamento de Ciências Humanas – Campus IV, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em História, Cultura Urbana e Memória.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a Ana Lúcia Gomes da Silva.

JACOBINA - BAHIA

2012

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Bibliotecária: Jacira Almeida Mendes – CRB: 5/592

Sena, Jaqueline Valois Rios

Ascensão social da mulher jacobinense: de quebradeiras de coco babaçu a empreendedoras / Jaqueline Valois de Sena . Jacobina, 2012.
72f.

Orientadora: Profª Dr. Ana Lúcia Gomes da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus IV. 2012.

Contém referências e anexos.

1. Mulheres trabalhadoras - Jacobina (BA) - Condições sociais. 2. Sucesso nos negócios. 3. Empreendedorismo. I. Silva, Ana Lúcia Gomes da. II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas

CDD: 305.48699608

JAQUELINE VALOIS RIOS SENA

**ASCENSÃO SOCIAL DA MULHER JACOBINENSE:
DE QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU A
EMPREENDEDORAS.**

Monografia apresentada ao Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade, Pós-Graduação em História Cultural Urbana e Memória, Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Departamento de Ciências Humanas – Campus IV, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em História, Cultura Urbana e Memória.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a Ana Lúcia Gomes da Silva.

Apresentada em __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Ana Lúcia Gomes da Silva. (Orientadora)
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Prof.Msc. Edvaldo Hilário dos Santos
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Prof^a.Msc Carla Verônica Albuquerque Almeida
Faculdade de Tecnologia e Ciências - Educação a Distância – FTC EaD

AGRADECIMENTOS

A Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências Humanas – Campus IV que através do Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade, proporcionou a realização deste curso de Pós-Graduação em História Cultural Urbana e Memória.

A todos/as os/as docentes que contribuíram com seus ensinamentos para a minha formação acadêmica.

A minha estimada orientadora, Prof.^a. Dr.^a. Ana Lúcia Gomes da Silva pela dedicação e incentivo para a concretização deste trabalho.

As depoentes: Maria Almeida do Espírito Santo (Maria de Hermínio), Maria da Conceição Almeida da Silva Bento (Cê), Lindalva Ribeiro da Silva (Tade), Maria Margarida de Jesus (Maria de Joel), Luísa Augusta Santos de Jesus (Dona Luísa) que generosamente concederam importantes relatos de vida e relevantes informações para a efetivação desta pesquisa.

Ao senhor Reginaldo Santos de Jesus (Regi), presidente da Associação Comunitária de Moradores e Agricultores do Cocho de Dentro - ACMACD, que atenciosamente permitiu o acesso da pesquisadora às reuniões e aos registros escritos dessa instituição.

Aos demais membros da ACMACD que indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho.

Aos Prof. Msc. Edvaldo Hilário dos Santos e Carla Verônica Albuquerque Almeida pela relevante contribuição no processo avaliativo dessa pesquisa.

Aos familiares e amigos/as pelo apoio na realização desse trabalho.

“É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta.”

Simone de Beauvoir, 1967.

RESUMO:

A pesquisa teve como objeto de estudo a ascensão social das mulheres quebradeiras de coco babaçu. Os principais objetivos da pesquisa são: analisar a ascensão social desse grupo após a Unidade de Beneficiamento do Coco Babaçu, compreender as relações de gênero que permeiam as vivências dessas mulheres, traçar o perfil identitário dessas trabalhadoras e identificar o empreendedorismo praticado por essas senhoras em parceria com a Associação de Moradores dessa localidade. A metodologia escolhida foi o estudo de caso do tipo etnográfico realizado com um grupo de mulheres que quebravam/quebram cocos babaçu no povoado do Cocho de Dentro em Jacobina - Bahia. Como instrumentos de construção dos dados foram utilizados as histórias de vida, as entrevistas abertas e as observações participantes. Traz como referencial teórico os estudos de gênero e feminismo de escritoras como LOURO (1997), SCOTT (1989), RAGO, (2004), TELLES (1999), COSTA, (2005), BRUSCHINI (2007), ARAN (2003), aporta também nos estudos sobre empreendedorismo de autores como CHIAVENATO (2007), DINIZ (2009), PESSOA (2005), DEES (1998), DOLABELA (1999), FILION (1991), LEITE (2007), NATIVIDADE (2009) e TEIXEIRA (2011). Os resultados da pesquisa apontam que o referido grupo de mulheres, após a fundação da citada UBCB, começa a galgar maior visibilidade nos espaços públicos e, de certa forma, ascender socialmente, embora não demonstrem consciência desse fato no transcorrer das entrevistas. Os dados apontam, também, que o baixo grau de escolaridade é um dos entraves a ser superado por essas senhoras, pois suas leituras vivenciais não lhes permitem avaliar as mudanças ocorridas na sua condição de mulher, visto que mesmo sendo trabalhadoras autônomas e empoderadas, continuam identificando-se como lavradoras subalternas ao espaço privado do lar.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Quebradeiras de coco. Empoderamento feminino. Ascensão social.

ABSTRACT

This research had the women's babaçu coconut-breakers social rising as its study object. Its major aims are to analyse this group' social rising after the Babaçu Coconut Processing Unit (UBCB) creation; to understand the gender relations that pervade those women's relations; to outline their identity profile; and to identify the entrepreneurship practised on partnership with local Resident's Association. The chosen methodology was the ethnographic study case done with some women who broke/break the Coconut at Jacobina-BA's Cocho de Dentro Village. As for data basis, there were used the participants' life stories, open interviews and comments. It brings the gender and feminism studies as theoretical reference, such as LOURO (1997), SCOTT (1989), RAGO, (2004), TELLES (1999), COSTA, (2005), BRUSCHINI (2007), ARAN (2003); and also grounds on entrepreneurship's studies of authors as CHIAVENATO (2007), DINIZ (2009), PESSOA (2005), DEES (1998), DOLABELA (1999), FILION (1991), LEITE (2007), NATIVIDADE (2009) and TEIXEIRA (2011). The research's outcomes showed that this women group, after UBCB foundation, start to have some public attention on society and, in certain ways, socially raising, even though they do not indicate to be aware of it during the interviews. The data indicated, as well, that the low schooling rate is one of the hindrances to be overcome by those ladies, as their living readings do not allowed them to measure the changes occurred on their women's condition, as they still are autonomous and empowered workers, and keep identifying themselves as subaltern agricultural workers at the privacy of their homes.

Key-words: Entrepreneurship. Coconut Breakers. Female Empowerment. Social Raising.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CARACTERIZANDO O OBJETO DA PESQUISA	18
1.1 Trajetória conceitual do empreendedorismo	21
2 EMPREENDEDORISMO FEMININO: CONTEXTUALIZANDO O CONCEITO	28
3. EMPREENDEDORISMO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	31
4. PALMEIRA DE BABAÇU: ASPECTOS GERAIS	35
4.1 Extrativismo e contexto sócio-econômico	36
4.2 Extrativismo do babaçu no cocho de dentro: emergência dos dados no espaço empírico.....	39
5. MULHER: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NO MUNDO DO TRABALHO	45
5.1 Quebradeiras de coco: mulheres em luta pelo reconhecimento identitário	52
5.2 Divisão sexual do trabalho: entrave para a ascensão social da Mulher	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE	72
ANEXO	73

Introdução

É incontestável o fato de que as mulheres, na busca pela equidade entre os gêneros, ainda têm um longo e árduo percurso a ser galgado. Prova disso, são as mais diversificadas pesquisas¹ – realizadas, sobretudo, na primeira década deste início de século – que analisam a condição da mulher nas diversas sociedades, e apontam o quão distante está a efetivação da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Nestes estudos, é apontada a violência doméstica, onde mulheres de um modo geral são submetidas à extrema pobreza; e a falta de acessibilidade às instituições de ensino e ao mercado de trabalho formal, como alguns dos principais obstáculos a serem transpostos para que haja o empoderamento feminino e a conseguinte mudança da condição de subalternidade em que vive a maioria das mulheres. Cabe lembrar, entretanto, que estas pesquisas também sinalizam alguns avanços ocorridos nesta longa trajetória de embates pelo reconhecimento dos direitos sociais, econômicos e políticos da figura feminina.

Um desses avanços pode ser observado na crescente inserção da mulher nos espaços públicos, período este iniciado no final do século XIX, em que, segundo Verônica Ferreira (1996), foi dada às mulheres “a possibilidade de trabalhar e de se instruir”, pois “o trabalho e o estudo” eram “compreendidos como exigências da vida moderna”, entretanto, esta *possibilidade* se restringia ao aprimoramento das “funções de dona de casa e mãe” (FERREIRA, 1996, p.157). Nestes, as representantes do sexo feminino vêm construindo novos papéis sociais para romper com os obsoletos paradigmas e discursos masculinos, os quais argumentam que “a fragilidade natural” e o potencial reprodutivo seriam determinantes” para estabelecer o *lugar da mulher* e “suas funções na sociedade (a maternidade e o cuidado do lar e das crianças), de sua inteligência inferior à do homem e sua subordinação ao mesmo” (FERREIRA, 1996, p.154 -155).

¹ Para maior aprofundamento ver em: Fórum Econômico Mundial (FEM) 2005: Empoderamento das mulheres. Avaliação das disparidades globais de gênero. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/equidade/Aba%205%20-%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20das%20disparidades%20de%20g%C3%AAnero.pdf>. A mulher brasileira nos espaços público e privado /Gustavo Venturi, Marisol Recamán e Suely de Oliveira, organizadores – 1ª ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004;

É válido salientar, no entanto, que atualmente muitas sociedades – se não aboliram este discurso sexista, certamente estão em vias de suprimi-lo – já reconhecem que não existe um “lugar da mulher”, mas sim, um universo de múltiplos e diferenciados papéis desempenhados por ela(s), uma vez que vêm ampliando, consideravelmente, a sua participação nas mais variadas esferas públicas, sobretudo, no âmbito do trabalho. Isso tem resultado em significativas mudanças para a vida dessas mulheres, a exemplo da redução do número de filhos, o aumento da expectativa de vida e maior acesso às instituições de ensino, pois como ressalta Almira Ferraz Gomes (2005):

O crescimento consistente da presença das mulheres na esfera econômica demonstra um movimento diverso daquele tradicionalmente verificado na sociedade até agora. Não se trata apenas de episódios de ingresso no mercado de trabalho para complementar a renda [...] Trata-se, antes, de uma mudança social de grandes proporções, pois envolve transformações na expectativa de vida pessoal, nas relações familiares, nas demandas por serviços públicos [...] o ingresso da mulher no mercado de trabalho não se dá apenas na condição de empregada — ela também é empregadora. Com efeito, o desenvolvimento econômico de várias localidades favoreceu-se com a atuação dessas mulheres (GOMES, 2005, p.2).

As colocações da mencionada autora ratificam as transformações sociais ocorridas na vida das mulheres a partir do ingresso no mercado de trabalho. Neste âmbito, elas se destacam tanto pela massiva inserção nas mais variadas profissões, quanto pela fundação de diversificados estabelecimentos comerciais e microempresas, ou seja, os denominados empreendimentos, fato este comprovado pelo alto índice de mulheres autônomas no mundo e, em particular, no Brasil.

Partindo deste pressuposto, o objetivo desta pesquisa é analisar de quais formas o empreendedorismo feminino na zona rural de Jacobina-Bahia, especificamente no povoado do Cocho de Dentro², implica na formação de uma nova identidade e empoderamento³ da mulher diante da família e da comunidade, uma vez que esta análise traz em seu bojo os seguintes questionamentos: como a

² Localizado a, aproximadamente, 15 km da cidade de Jacobina - Bahia, com população estimada em 300 habitantes, estimativa realizada em 2009. Dados fornecidos pela Associação Comunitária dos Moradores e Agricultores do Cocho de Dentro (ACMACD).

³ Tomam-se como referência dessa abordagem os estudos de Ana Alice Costa. Disponível em <http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento_Ana_Alice.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2011.

ação empreendedora – implantação de uma unidade de beneficiamento de coco babaçu no referido povoado – repercute na melhoria da qualidade de vida e ascensão social das “quebradeiras de coco”? E quais serão as implicações socioculturais, econômicas e ambientais para a supracitada comunidade?

Nesta perspectiva, o presente trabalho constitui-se de um estudo de caso das experiências em um grupo de mulheres cuja principal fonte de renda para garantir o autossustento e o sustento familiar até recentemente, era adquirida através do árduo trabalho de quebrar cocos de babaçu. As memórias dessas trabalhadoras rurais – que atualmente mantêm a subsistência através da comercialização de hortaliças orgânicas nas feiras livres da cidade de Jacobina – configuram as fontes das quais emergiram as informações necessárias ao entendimento das relações sociais que permeiam o desenvolvimento do extrativismo do babaçu no respectivo povoado, bem como o processo de implantação e funcionamento da referida UBCB⁴.

O estudo em questão encontra-se organizado em três capítulos. O primeiro inicia-se com a caracterização do âmbito empírico desta pesquisa; na sequência, faz-se uma abordagem sobre Empreendedorismo e analisa-se o processo de fundação da Unidade de Beneficiamento do Coco Babaçu (UBCB) na citada localidade. No segundo capítulo, apresentam-se dados relevantes sobre a palmeira de babaçu (*Orbignya speciosa*), a saber: o processo de coleta e quebra dos coquilhos, a extração e aproveitamento das amêndoas, bem como as peculiaridades desta atividade econômica na localidade estudada frente a outras regiões do país. Examina-se ainda, a relevância dos babaçuais como fonte de renda para os antigos moradores do mesmo povoado e a sua contribuição para o empoderamento das atuais extrativistas que fabricam, artesanalmente, subprodutos do coco babaçu na referida Unidade de Beneficiamento. No terceiro capítulo, discute-se a inserção da mulher no mercado de trabalho a partir de algumas considerações acerca do Movimento Feminista no Brasil, as relações de gênero que permeiam a divisão sexual do trabalho e o empoderamento feminino. Aborda-se, também, a identidade

⁴ Inaugurada em 31 de julho de 2010. Um dos maiores objetivos é evitar que as famílias comercializem o coco in natura para as olarias, pois além da agregação de renda ser mínima, perde-se um grande potencial para o surgimento de outros produtos com maior valor comercial. Disponível em <[http:// www.associacaocochodedentro.blogspot.com](http://www.associacaocochodedentro.blogspot.com)> Acesso em: 25 abr.2011.

político-social da categoria *quebradeiras de coco* e, sobretudo, as construções identitárias do grupo de mulheres entrevistadas na mencionada comunidade.

A literatura existente sobre o extrativismo do coco babaçu conta com Almeida (1995), Shiraishi (1999), Mesquita (2001), Paula Andrade (2005), Dias (2005), Rêgo e Andrade (2006), Barbosa (2007), Moura et al (2010), os quais não apontam a existência dessa atividade econômica na Bahia, visto que a maior incidência de babaçuais e a conseguinte expressividade desta prática extrativa ocorre noutros Estados do Brasil, a exemplo do Maranhão, Tocantins, Piauí e no Pará, regiões marcadas por um histórico de embates travados entre extrativistas e proprietários rurais pelo livre acesso às áreas de babaçu. Destes conflitos surgiram frentes de mobilização político-social por parte das mulheres que realizavam essa atividade, o que resultou na fundação de instituições como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)⁵ e na construção identitária destas trabalhadoras, reconhecidas social e politicamente como *quebradeiras de coco*⁶.

A inexistência de trabalhos acadêmicos que versem sobre o extrativismo do coco babaçu na Bahia fez deste trabalho de pesquisa um desafio ainda mais pertinente, sobretudo, pelo fato de comprovar a existência desta atividade econômica numa comunidade rural de Jacobina, especificamente no povoado do Cocho de Dentro, onde o árduo labor de quebrar cocos babaçu foi, por longos anos, a principal fonte de renda para os moradores locais e que atualmente vem se tornando, através de ações empreendedoras desenvolvidas pela ACMACD⁷, uma atividade sustentável apta a melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, bem como promover a ascensão social das mulheres que estão à frente do trabalho artesanal de fabricar os produtos da linha “Bahia, babaçu”.

⁵ Em 1991, a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, assim denominado até 1995, organiza o primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em São Luís. Já em 95, nasce o MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu). Disponível em <[http ://www. @migcb.org. br](http://www.@migcb.org.br)> Acesso em : 25 abr.2011.

⁶ Quebradeiras de coco ou Babaçueiros: São populações extrativistas que vivem principalmente da coleta do babaçu e da utilização dessa palmeira, sobretudo no Meio-Norte, na zona de Cerrado e floresta, abrangendo Maranhão, Piauí e algumas áreas de estados vizinhos.

⁷ A Associação Comunitária dos Moradores e Agricultores do Cocho de Dentro (Jacobina /Bahia) foi fundada em 16 de janeiro de 2000 com o objetivo de promover o desenvolvimento comunitário dos trabalhadores reunidos em caráter associativista e cooperativista para melhoria da qualidade de vida e para valorização do trabalho humano. Atualmente a associação possui 70 associados. Disponível em <<http://www.associacaocochoodedentro.blogspot.com>>Acesso em: 25 abr.2011

A abordagem metodológica pautada no estudo de caso foi determinante para o entendimento de que o extrativismo do coco babaçu realizado na comunidade do Cocho de Dentro está situado em dois períodos distintos. No primeiro – realizado até cerca de duas décadas – configura-se como a principal atividade econômica desenvolvida pelos habitantes locais. Essa prática extrativista era efetuada de maneira desordenada, visto que os moradores mais antigos coletavam, semanalmente, os coquilhos de babaçu com o propósito de extrair as amêndoas e comercializá-las para os depósitos de sementes situados no centro da cidade. Os frutos também eram utilizados na produção de óleo e leite para o autoconsumo. Entretanto, as famílias mais recentes encontraram outra forma de aproveitamento econômico destes frutos e passaram a vender os coquilhos *in natura* para as olarias. Com esta nova prática, os extrativistas não precisavam esperar o processo de maturação dos frutos nem extrair as amêndoas, pois os coquilhos mesmo estando imaturos serviam apenas de combustível para os fornos das empresas de cerâmica. Neste contexto, os babaçuais corriam riscos de extinção, pois a *Orbignya speciosa* leva cerca de doze anos para iniciar o ciclo reprodutivo.

No segundo período – iniciado há cerca de dois anos (2010) – o extrativismo dos babaçuais tem se transformado a partir da fundação da Unidade de Beneficiamento do Coco Babaçu (UBCB), numa atividade economicamente organizada e, sobretudo, mais sustentável. A sustentabilidade dessa atividade vem sendo promovida pela ACMACD através de parcerias com outras instituições, a exemplo da CAR⁸ e *Yamana Gold*, das quais angariou recursos financeiros para a aquisição dos maquinários necessários ao processamento total do coco babaçu, bem como para a compra de um veículo que facilitará o transporte de matéria-prima e o escoamento das mercadorias produzidas pela população local.

⁸ A CAR: empresa, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional do Estado (SEDIR), coordena programas de combate à pobreza rural, orienta o público beneficiário sobre os critérios de participação no programa, acompanha e avalia a aplicação dos recursos, supervisiona a execução dos projetos e capacita os usuários na operação e gestão dos empreendimentos. Disponível em < www.car.ba.gov.br/ > Acesso em 26 de julho de 2012.

Outro fator determinante neste estudo de caso foi a adoção da história oral de vida como um dos instrumentos norteadores para a construção dos dados, visto que “o diálogo promovido pelo uso de diferentes fontes quase sempre se vale da história oral como forma de complemento de afirmações conseguidas com base em vários recursos” (MEIHY, 1996, p.31). Além da história oral, utilizou-se também, as entrevistas abertas e a observação participante na construção dos dados, pois “na medida em que o observador acompanha *in loco* as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986.p.27).

Sendo assim, a itinerância da pesquisadora em campo – realizada aos domingos à tarde na sede da ACMACD, dia em que ocorre reunião dos membros associados (um encontro mensal) e, algumas vezes, uma espécie de mutirão para realizar a quebra manual do coco babaçu e a extração das amêndoas, devido à ocorrência de falhas mecânicas da máquina que realiza esse processo. Estas experiências permitiram observar as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos envolvidos neste processo e, sobretudo, conhecer parte das vivências, das concepções de trabalho e gênero que permeiam o cotidiano destas mulheres, pois como enfatiza Antonio Torres Montenegro (2001):

A história opera com o que é colocado *para e pela sociedade*, em algum momento, em algum lugar. Desses elementos, o historiador constrói sua narrativa, sua versão, seu mosaico. Este fato evidente se apresenta bastante distinto do que foi vivido; no entanto, ele se ancora nos elementos resgatados da realidade, em outras histórias já produzidas (MONTENEGRO, 2001, p.19).

A realização das entrevistas abertas e as observações participantes foram cruciais para a construção do perfil identitário deste grupo de mulheres, pois ao permitir que discorressem sem “a imposição de uma ordem rígida de questões, [...] sobre o tema proposto com base nas informações” que elas detêm (LÜDKE e ANDRÉ 1986.p.33-34), pôde-se comprovar que as depoentes assumem a sua condição de mulher trabalhadora e reconhecem que sua força de trabalho sempre contribuiu para o autossustento e a renda familiar, embora, ainda não expressem, conscientemente, que são mulheres empoderadas e atuantes nos espaços públicos. Mas demonstram, em algumas situações, um comportamento arraigado no

estereótipo da mulher que, apenas, desempenha o papel feminino determinado/esperado pela sociedade (LOURO, 1997), ou seja, subordinadas à figura masculina. Subalternidade esta verificada, especialmente, na administração da ACMACD, na qual o corpo diretivo é constituído por uma maioria de representantes masculinos, a presidência sempre foi, e continua sendo, gerida por homens.

CARACTERIZANDO O OBJETO DA PESQUISA

Para caracterizar a Unidade de Beneficiamento do Coco Babaçu (UBCB), implantada no povoado do Cocho de Dentro, como ação empreendedora, faz-se necessário discorrer sobre três relevantes aspectos. O primeiro diz respeito à trajetória histórica da cidade de Jacobina, por ser este o município no qual a referida comunidade rural está inserida; o segundo refere-se ao contexto histórico, cultural e econômico do mencionado povoado por se tratar do campo específico desta pesquisa, e o terceiro constitui-se da análise dos principais conceitos de empreendedorismo para estabelecer o tipo e as formas de atuação do respectivo empreendimento.

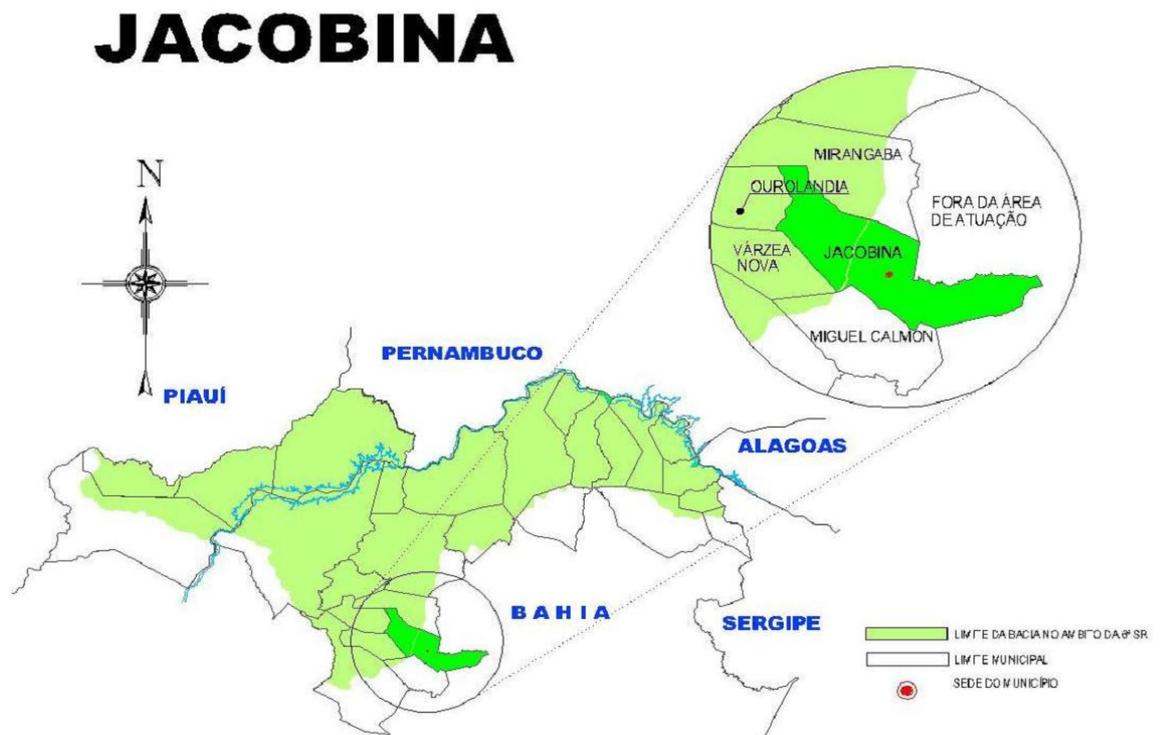


Figura 1: Mapa da Região de Jacobina

Disponível em: < <http://pt.codevasf.gov.br> > Acesso em 02 de dezembro de 2012.

Jacobina, também conhecida como “Cidade do Ouro”, localiza-se a 330 quilômetros da capital baiana, está situada na região noroeste do estado, no extremo norte da Chapada Diamantina⁹. O surgimento da cidade deu-se por meio da

⁹ Para maior aprofundamento cf. Disponível em < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jacobina> > Acesso em 12 de abr.de 2012.

exploração das minas auríferas, iniciada no século XVII pelos bandeirantes paulistas.

Desde os primórdios da fundação da referida cidade o extrativismo mineral foi, e continua sendo, um dos fatores que mais influenciam a migração de pessoas das mais variadas regiões do Brasil, para trabalharem nas minas de ouro que ainda continuam em plena atividade no município.

Alguns dos pioneiros trouxeram consigo muitos colonos e escravos para laborar nos garimpos. O aglomerado formado pelos garimpeiros que não paravam de chegar originou um denso e heterogêneo povoado às margens do rio Itapicuru Mirim. Nesse período, também foram iniciadas as atividades agrícolas e a criação de gado (IBGE, 2010).

A cidade de Jacobina, de acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, tinha uma população estimada em 79.285 habitantes dos quais 51,63% correspondiam ao sexo feminino (40.933 mulheres), 48,37% pertenciam ao sexo masculino (38.352 homens) e 29,51% dessa população (23.398) residia na zona rural (IBGE, 2010).

Atualmente o supracitado município tem como principal fonte de renda o comércio, a extração de ouro, além de fábricas no setor de calçados. Outros setores também contribuem para o desenvolvimento da economia local, a exemplo da atividade agrícola que se destaca, sobretudo, pela produção de alho e banana no povoado de Caatinga do Moura, além do cultivo de tomate, batata doce, mandioca, frutas e verduras nos demais povoados. No setor pecuário, destacam-se os rebanhos de bovinos, suínos, equinos, asininos, muares, ovinos e caprinos¹⁰.

Diante dos dados apresentados pode-se afirmar que a base econômica do município de Jacobina foi, e ainda continua sendo, o extrativismo mineral e a produção agropecuária.

Ao falar em extrativismo mineral na cidade de Jacobina, faz-se relevante mencionar que além do ouro, a ametista, cuja maior jazida está localizada no

¹⁰ Para saber mais ver: Disponível em < www.camarajacobina.ba.gov.br/conheca_jacobina.htm > Acesso em 12 de abr.de 2012.

povoado do Cocho de Dentro, foi outro minério amplamente explorado, principalmente na década de setenta do século XIX¹¹.

De acordo com um recente estudo realizado pela geóloga Monica Correa (2010), a mineração da ametista da Grotta do Coxo é conhecida há mais de 90 anos, e esse mineral já foi considerado como uma das mais bonitas gemas do Brasil, sendo denominada, também, por “ametista Jacobina”. Entretanto, “atualmente a mina encontra-se desativada, restando apenas um ou dois funcionários que trabalham de forma muito precária e sem infraestrutura” (CORREA, 2010, p.79).

No estudo da citada autora observa-se dois fatos relevantes ao contexto histórico do referido povoado: o primeiro diz respeito ao tempo de existência da comunidade, provavelmente mais de um século, visto que “a mineração da ametista da Grotta do Coxo é conhecida há mais de 90 anos”; o segundo refere-se à significativa participação deste povoado no desenvolvimento econômico de Jacobina. Observa-se, porém, que a exploração desse minério não proporcionou melhorias na infraestrutura desta localidade, visto que a mesma ainda continua necessitando de serviços básicos, como pavimentação das estradas, escola, posto médico, e, sobretudo, emprego para os moradores.

A respectiva comunidade fica a cerca de quinze quilômetros da cidade e o acesso se torna difícil devido a falta de pavimentação das estradas; não existem linhas de transportes. Estes fatos dificultam a locomoção dos moradores os quais são obrigados a se deslocarem, na maioria das vezes, a pé, de bicicleta ou num caminhão que faz a condução de mercadorias comercializadas às quartas-feiras e aos sábados nas feiras livres.

O único meio de transporte gratuito existente na comunidade é realizado pelo ônibus escolar mantido pela prefeitura municipal para transportar os alunos, visto que não há estabelecimento de ensino no povoado. Entretanto, esse veículo é de uso exclusivo dos estudantes e por isso, não pode ser utilizado para a locomoção de outras pessoas.

Segundo dados fornecidos pela Associação Comunitária dos Moradores e Agricultores do Cocho de Dentro (ACMACD), o povoado é constituído por cerca de

¹¹ Em 1976, a reserva desta mina foi estimada em torno de 1.000.000 kg de material bruto dos veios (CORREA, 2010, p.81).

150 habitantes, dos quais 70 são membros associados da ACMACD. A maioria desses moradores é formada por mulheres negras e trabalhadoras que exercem a atividade de quebradeiras de coco. Mais da metade da população local sobrevive dos recursos financeiros mantidos pelo Governo Federal, a exemplo do programa Bolsa Família, bem como da renda proveniente da venda de hortaliças e frutas orgânicas, comercializadas no centro de abastecimento da cidade (feira livre) e da venda do coco babaçu para as olarias¹² da região.

A crescente venda dos coquilhos de babaçu para as olarias desencadeou a preocupação de alguns moradores da referida localidade. Muitos ficaram apreensivos quanto à preservação dos babaçuais, visto que a extração desordenada desses frutos poderá causar a devastação das palmeiras e conseguintes desequilíbrios no ecossistema local.

A preocupação mencionada anteriormente não se resume à questão ambiental, mas principalmente ao futuro econômico da população que ao longo do tempo vem garantindo o sustento das famílias através do extrativismo¹³ do coco babaçu. As dificuldades financeiras enfrentadas pela maioria dos moradores e o anseio de manter os babaçuais preservados serviram de incentivo para que a Associação buscasse alternativas de geração de emprego e renda para o povoado.

A busca por alternativas que gerem emprego e renda pode ser definida como ação empreendedora, a qual foi desenvolvida pela ACMACD e que resultou no projeto de implantação da referida Unidade de Beneficiamento do Coco Babaçu (UBCB), analisada nesta pesquisa como um empreendimento de caráter social.

Deve-se ressaltar que para compreender o desenvolvimento da referida ação e, sobretudo, estabelecer o perfil identitário do empreendimento em questão, faz-se indispensável analisar alguns dos principais conceitos que discorrem sobre a

¹² Olaria (oficina de oleiro ou ceramista) é um local destinado à produção de objetos que utilizam o barro ou argila como matéria prima. Quando a produção destes objetos é em grande quantidade (em escala industrial), também podemos denominar uma olaria como sendo uma fábrica. Existe uma diversidade não muito grande de peças ou objetos fabricados em uma olaria e salvo exceções, o produto final corresponde a tijolos, manilhas, telhas ou louça. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/Olaria>> Acesso em 12 de abr. de 2012.

¹³ Significa resumidamente todas as atividades de coleta de produtos naturais, sejam estes produtos de origem animal, vegetal ou mineral. É a mais antiga atividade humana, antecedendo a agricultura, a pecuária e a indústria. Há vários exemplos de extrativismo vegetal: castanha-do-pará, açaí, palmito, pupunha, madeira, babaçu, entre outros. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org>. > Acesso em 05 de abr. 2012.

origem do empreendedorismo e seus variados campos de abrangência. Conceitos esses analisados nos seguintes tópicos: trajetória conceitual do empreendedorismo; o empreendedorismo feminino e a relação entre empreendedorismo e preservação ambiental.

1. 1. TRAJETÓRIA CONCEITUAL DO EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo pode até não ser um fenômeno novo – originou-se da reflexão de pensadores econômicos do século XVIII e XIX, conhecidos defensores do liberalismo econômico (CHIAVENATO 2007, p.5) – entretanto, continua a fomentar pesquisas no âmbito das ciências sociais, sobretudo nas áreas da Sociologia, Psicologia, Antropologia e, especialmente, pela História, as quais têm contribuído para a compreensão do empreendedorismo (CHIAVENATO 2007, p.5).

A maioria dos estudos realizados aborda a trajetória conceitual do termo empreendedorismo – vocábulo oriundo da palavra (*entrepreneur*)¹⁴ – que surgiu na França por volta dos séculos XVII e XVIII, com o objetivo de designar aquelas pessoas ousadas que estimulavam o progresso econômico, mediante novas e melhores formas de agir. Essa expressão foi popularizada pelo economista Joseph Schumpeter em 1950¹⁵ para caracterizar o empreendedor como alguém versátil, possuidor de habilidades técnicas para saber produzir, capitalista por reunir recursos financeiros e realizar as vendas de sua empresa. Depois Kenneth E. Knight ,em 1967, e Peter Drucker ,em 1970, introduziram o conceito de risco, uma pessoa empreendedora precisa arriscar em algum negócio. Em 1985 Gifford Pinchot inseriu o conceito de Intra-empendedor, uma pessoa empreendedora, mas dentro de uma organização.

Além dos autores supracitados, outros pesquisadores vêm ao longo das últimas décadas agregando novos sentidos e, até mesmo, estabelecendo novas acepções a essa terminologia. Dentre esses estudiosos destacam-se Robert Hirsch e Michael Peters (2004), segundo eles o empreendedorismo pode ser compreendido como “processo de criar algo diferente e com valor, dedicando tempo e esforço necessário, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais, e recebendo as

¹⁴ Disponível em <<http://pt.wikipedia.org>. > Acesso em 22 de mar. de 2012.

¹⁵ Disponível em <<http://pt.wikipedia.org>. > Acesso em 22 de mar. de 2012.

recompensas da satisfação econômica e pessoal” (HISRICH; PETERS, 2004, p. 29); José Dornelas (2008, apud DINIZ, 2009.p.02) sintetiza o empreendedorismo como “o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam a transformação de ideias em oportunidades”; Marcos Paulo Diniz (2009), define o empreendedorismo como “ação de aproveitar oportunidades, inovar, planejar, arriscar, empenhar, ser perseverante, acreditar na ideia e transformar em realidade”, (DINIZ, 2009.p.2) e Rivanda Meira Teixeira (2011) que associa o empreendedorismo à iniciativa, desembaraço, inovação, possibilidades de fazer coisas novas e/ou de maneira diferente, assim como à capacidade de assumir riscos (TEIXEIRA et al.2011.p.5).

Outro aspecto indispensável à compreensão dessa terminologia, bem como à análise da atuação da UBCB em parceria com as mulheres que quebram coco no povoado do Cocho de Dentro, é que, enquanto ação empreendedora, diz respeito ao empreendedorismo de cunho social, uma vez que o mesmo tem na comunidade o seu principal eixo de atuação (PESSOA, 2005) e pode gerar transformações sociais com a utilização de poucos recursos financeiros, com base na ação solidária dos membros dessa comunidade (DEES, 1998). Entretanto, para que esse empreendimento seja instaurado é preciso que haja o redimensionamento das relações estabelecidas entre a comunidade, o poder público e o setor privado, com base no modelo de parcerias. Parcerias estas que, sob a ótica da sustentabilidade, podem corroborar com a promoção da qualidade de vida social, cultural, econômica e ambiental da região (PESSOA, 2005).

A concepção do empreendedorismo de caráter social contribui, também, para a reflexão acerca dos impactos que a fundação de um empreendimento, a exemplo da Unidade de Beneficiamento de Coco Babaçu (UBCB), pode causar na localidade, pois o mesmo para ser considerado bem sucedido, precisa garantir a preservação da cultura local, a introdução e a prática de novas formas de inserção social e autogeração de emprego e renda (PESSOA, 2005).

Ainda discorrendo sobre as acepções de empreendedorismo, faz-se oportuno citar, também, os estudiosos que versam a respeito da caracterização dos indivíduos empreendedores. Entre os principais autores encontram-se Louis Jacques Filion (1991) que retrata o empreendedor como “alguém que concebe, desenvolve e realiza visões” (FILION, 1991, p.63) e Fernando Dolabela (1999) cuja

acepção aponta o empreendedor enquanto ser que “define por si mesmo o que vai fazer e em que contexto será feito. Ao definir o que vai fazer, ele leva em conta seus sonhos desejos, preferências, o estilo de vida que quer ter” (DOLABELA, 1999.p.68); Idalberto Chiavenato (2007) que inscreve os empreendedores como “heróis populares do mundo dos negócios. Não são simplesmente provedores de mercadorias ou de serviços, mas fontes de energia que assumem riscos numa economia em transformação e crescimento” (CHIAVENATO 2007, p.04) e Andréia Leite (2007) cujo estudo aponta um tipo específico de empreendedor, o social, ou seja, “aquele que promove as mudanças, reúne os recursos e constrói em benefício da comunidade” (LEITE, 2007, p.04).

Além dos supracitados conceitos, devem-se mencionar, ainda, as acepções sobre os indivíduos que se tornam empreendedores ou por necessidade ou por oportunidade. De acordo com o *Global Entrepreneurship Monitor*¹⁶ (GEM) 2010, o empreendedor por necessidade inicia um empreendimento autônomo por estar desempregado e necessitar abrir um negócio que venha gerar renda para si e sua família. Já o empreendedor por oportunidade inicia um novo negócio, mesmo quando dispõe de alternativas de emprego. Ele possui níveis de capacitação e escolaridade mais altos e empreende para aumentar sua renda ou pelo desejo de independência no trabalho.

Outro aspecto que evidencia, de maneira bem sucinta, a diferença entre esses dois tipos de empreendedores diz respeito ao estabelecimento dos prazos para a implantação de um negócio, ou seja, a urgência de suprir uma necessidade em curto prazo caracteriza o empreendedor por necessidade e a visão de desenvolver grandes oportunidades, mas em longo prazo, identifica o empreendedor por oportunidade (DORNELAS, 2010).

Vale enfatizar que a análise dos diversos conceitos apresentados permite concluir que todos estabelecem a criatividade, a inovação e o risco como fatores predominantes na fundação de um novo negócio. Fatores estes indispensáveis à

¹⁶ O Global Entrepreneurship Monitor (GEM) é um estudo conduzido por um consórcio de universidades. Iniciado em 1999, tem como objetivo analisar o nível de empreendedorismo que ocorre em muitos países (no Relatório de 2010 eram). Disponível em <<http://pt.wikipedia.org>> Acesso em 05 de abr.2012.

compreensão de que a referida Unidade de Beneficiamento de Coco Babaçu (UBCB) caracteriza-se como um empreendimento de caráter social e do tipo por necessidade. Social porque tem como foco de atuação o desenvolvimento comunitário e a manutenção da cultura local, ou seja, a atividade de quebrar cocos babaçu ao mesmo tempo em que promove a subsistência de muitas famílias estabelece laços de amizade e união entre os moradores. Por necessidade devido à urgência em gerar emprego e renda, em curto prazo, para a maioria dos habitantes que não está inserida no mercado de trabalho, mas carrega consigo o grande sonho de transformação da realidade atual (PESSOA, 2005).

Deve-se enfatizar, ainda, que o referido empreendimento tem por finalidade explorar de maneira sustentável o potencial econômico dos babaçuais, ou seja, agregar maior valor comercial ao fruto do babaçu, através da fabricação de subprodutos (ração para animais, carvão vegetal, óleo comestível e artesanato) gerando assim, postos de trabalho para os associados e demais habitantes locais. E, sobretudo, evitar o desperdício desta valiosa matéria-prima que vem sendo incessantemente transformada em cinzas nos fornos das fábricas de cerâmica.

Faz-se oportuno evidenciar, mais uma vez, o caráter social desse empreendimento, isto é, para que a UBCB fosse implantada, a supracitada Associação de Moradores buscou estabelecer parcerias com os setores públicos e privados (PESSOA, 2005). E dessa busca surgiu a oportunidade de participar, no ano de 2009, do Seminário de Parcerias¹⁷ realizado pela *Yamana Gold*¹⁸ cujo objetivo é financiar instituições que promovem o desenvolvimento sustentável¹⁹ em suas comunidades. O projeto para instauração da citada UBCB foi contemplado, com um montante de 21.095,00 destinados à ampliação da sede da ACMACD e à

¹⁷ Através do programa Seminário de Parcerias a Yamana Gold apóia projetos que beneficiam as comunidades locais próximas às suas operações. Em 2009, a empresa ajudou a Associação dos Moradores de Cocho de Dentro, fornecendo-lhes o maquinário necessário para o processamento do babaçu, plantado naquele local. Relatório de Sustentabilidade da Yamana Gold de 2009.

Disponível em <http://pt.www.yamana.com/.../NewYamana/files/Yamana_CSR_29-POR-v18>. Acesso em 21 de abr de 2012

¹⁸ A Yamana Gold Inc. é uma mineradora, com sede no Canadá, que atua na exploração e em diversos estágios da cadeia produtiva do ouro. A Yamana conta com bases de captação no Brasil, Argentina, Chile, México e Colômbia, criando oportunidades de trabalho nesses países, tanto na área operacional quanto administrativa.

Disponível em: <<http://pt.www.yamana.com.br>> Acesso em 12 de abr.de 2012

¹⁹ Propõe-se a ser um meio de configurar atividades humanas de tal forma que a sociedade, os seus membros e as suas economias possam preencher as suas necessidades e ao mesmo tempo preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais.

Disponível em <<http://pt.www.sustentabilidade.org.br>> Acesso em 04 de abr.2012.

compra das máquinas utilizadas no processamento dos coquilhos de babaçu (fatiador para coco, prensa para extração de óleo, conjunto desintegrador).

No ano seguinte, 2010, a ACMACD realizou a ampliação do espaço físico de sua sede, adquiriu o maquinário, anteriormente descrito, e conseguiu inaugurar o mencionado empreendimento, a Unidade de Beneficiamento do Coco Babaçu. Entretanto, deve-se ressaltar que tal empreendimento ainda não atingiu todo seu potencial, ou seja, o processamento total dos coquilhos – pode atingir 100% de aproveitamento para a produção de subprodutos, a exemplo dos que foram descritos anteriormente – visto que somente as amêndoas estão sendo aproveitadas para a extração do óleo, o qual vem sendo utilizado apenas na fabricação de produtos destinados ao uso cosmético e de higiene pessoal (sabonetes, hidratantes e óleos corporais) cujas embalagens apresentam a marca “Bahia, babaçu”.

Deve-se ressaltar que essa fabricação é realizada artesanalmente por algumas mulheres da comunidade, ou seja, não há farmacêutico ou bioquímico responsável pela elaboração dos referidos produtos e nem autorização dos órgãos públicos²⁰ que regulamentam a produção e comercialização destas mercadorias.

A ausência dos registros nos órgãos públicos, sobretudo na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), tem sido o principal entrave para que os citados produtos sejam comercializados em lojas, farmácias e supermercados, no entanto, essas mercadorias estão sendo vendidas, sob a égide de produto natural e/ou artesanal, na sede da Associação, em eventos como a FEBAN²¹ e para empresas a exemplo da citada *Yamana Gold*.

²⁰DECRETO Nº 79.094, DE 5 DE JANEIRO DE 1977

Regulamenta a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que submete a sistema de vigilância sanitária os medicamentos, insumos farmacêuticos, drogas, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, saneantes e outros.

Art. 1º Os medicamentos, insumos farmacêuticos, drogas, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, perfumes e similares, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e os demais, submetidos ao sistema de vigilância sanitária, somente poderão ser extraídos, produzidos, fabricados, embalados ou reembalados, importados, exportados, armazenados, expedidos ou distribuídos, obedecendo o disposto na Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e neste Regulamento. (NR) (alterado pelo decreto nº 3.961, de 10 de outubro de 2001)

Art. 2º Para o exercício de qualquer das atividades indicadas no artigo 1º, as empresas dependerão de autorização específica do Ministério da Saúde e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente da Secretária da Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Disponível em < http://pt.www.anvisa.gov.br/legis/decretos/79094_77.htm > Acesso em 21 de abr.de 2012.

²¹ Feira Baiana de Negócios da Chapada Norte (FEBAN). O evento que tem a coordenação do SEBRAE em parceria com a ACIJA, CDL, Prefeitura Municipal de Jacobina e Governo do Estado da

Durante o desenvolvimento desta pesquisa observou-se que poucos homens participam das atividades desenvolvidas na supracitada UBCB, especialmente, na árdua tarefa de quebrar cocos. Segundo alguns relatos feitos pelas entrevistadas, alguns até participam, mas normalmente se encarregam de coletar os frutos do babaçu nas matas e transportá-los para a sede da Associação; as mulheres, por sua vez, além de fazerem essas mesmas tarefas são responsáveis ainda, pela quebra e retirada das amêndoas.

É preciso ressaltar, entretanto, que em uma das visitas à comunidade comprovou-se a ínfima participação masculina na quebra dos coquilhos. Dentre os quatro homens que se faziam presentes, encontrava-se o mais antigo morador da comunidade, os outros estavam acompanhando as esposas, as quais recorrem ao extrativismo do babaçu para complementarem o sustento familiar.

Diante dessas observações pode-se afirmar que as mulheres são maioria nesse tipo de trabalho, pois participam diretamente das variadas etapas do beneficiamento do coco babaçu. São elas que, na maioria das vezes, coletam os frutos secos na mata, quebram e retiram as amêndoas dos coquilhos quando as máquinas não funcionam, fabricam os produtos anteriormente descritos, além de possuírem os conhecimentos básicos para a extração do leite e do óleo deste fruto.

Portanto, devido à incontestável maioria de mulheres participando neste tipo de empreendimento, faz-se necessário analisar como se dá essa atuação num mundo cada vez mais empreendedor.

2. EMPREENDEDORISMO FEMININO: CONTEXTUALIZANDO O CONCEITO

Como ficou demonstrado no tópico anterior o empreendedorismo já se consolidou, desde as últimas décadas, como foco de análise dos mais diversificados campos de pesquisa. No entanto, outros centros de interesse vêm sendo agregados a esse mesmo objeto de estudo, a exemplo do aumento da participação feminina no cenário da economia mundial. Âmbito este no qual, segundo a pesquisadora Daise Rosas da Natividade (2009), as mulheres têm se destacado, enquanto empreendedoras, por colocarem “em prática os seus saberes, na maioria das vezes fruto de uma ação que teve seu alicerce na construção coletiva embasada nos eixos (familiar, local e cultural) “(NATIVIDADE, 2009, p.232).

Um dos mais importantes e atuais estudos que também versam sobre essa nova configuração do mercado é realizado pelo *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM). E, de acordo com o relatório do GEM (2009), a mulher brasileira é historicamente uma das mais empreendedoras, pois além do Brasil, apenas outros dois países indicaram as mais elevadas taxas de empreendedorismo feminino: em Tonga, na Oceania, as mulheres comandam 61% das empresas, na Guatemala, na América Central, elas gerem 54% dos negócios, já em terras brasileiras, 53% dos empreendimentos estão sob a administração delas (GEM, 2009).

Os índices apresentados demonstram que as mulheres empreendedoras representam um fenômeno mundial em ascensão, visto que os empreendimentos femininos, cada vez mais, desempenham relevante papel na geração de emprego e de riqueza. Fato este que tem despertado a curiosidade da sociedade pelo empreendedorismo feminino, assim como tem aumentado, também, o interesse por essa temática entre os gestores públicos e os pesquisadores das mais variadas áreas de estudo (GIMENEZ *et al.* 2000 apud Teixeira, 2011.)

No âmbito universitário, o empreendedorismo feminino tem despertado o interesse de pesquisadores das ciências sociais, a exemplo dos historiadores. Embora, deva-se enfatizar que a literatura existente sobre esse conteúdo, de modo geral, ainda é pouco expressiva, como mostra Cristina Maria Schmitt Miranda (2005):

Em âmbito internacional, as produções científicas voltadas ao empreendedorismo feminino representam a minoria dos estudos publicados. [...]

No Brasil, por exemplo, as produções científicas nesta área, no banco de teses e dissertações da CAPES (2006), são cerca de 130. As defendidas sobre o empreendedorismo feminino são quatorze dissertações e três teses (MIRANDA et al, 2005 p.2.).

Mas é importante salientar que essa realidade já começa a ser alterada, pois como afirma a pesquisadora Almiralva Gomes (2005):

As pesquisas sobre mulheres empreendedoras têm crescido [...]. O fato é que as mulheres estão mais presentes no mercado de trabalho na condição de empreendedora [...], pesquisar sobre empreendedorismo feminino poderá ser uma tendência necessária nos estudos de ciências sociais neste início de século, tendo em vista a sua importância e impacto social, econômico, político e cultural na vida das sociedades (GOMES, 2005, p.210).

Na colocação da supracitada autora, nota-se que essa realidade começa a ser transformada devido à inegável participação feminina nos mais diversos setores da sociedade, especialmente, no contexto econômico, cenário no qual as mulheres se destacam, visto que o mercado já não consegue absorver grande parte da mão-de-obra, então, na procura por seu espaço de trabalho, elas se tornam empreendedoras.

Nesta nova configuração do mercado, o empreendedorismo feminino pode ser compreendido como fator de transformação social, especialmente para mulheres como as que residem no povoado do Cocho de Dentro, as quais recorreram às suas experiências com o árduo trabalho de quebrar frutos do babaçu para fazer coisas novas e/ou de maneira diferente (TEIXEIRA, 2011).

A ação empreendedora dessas mulheres pode ser comprovada com o beneficiamento dos coquilhos de babaçu; antes elas utilizavam esse fruto na produção de alimentos (leite e óleo) para o autoconsumo e na comercialização das amêndoas, única fonte de remuneração que complementava a subsistência familiar. Atualmente, com o funcionamento da UBCB, os cocos estão sendo usados na fabricação artesanal de novos e mais lucrativos produtos, os quais, futuramente, garantirão qualidade de vida tanto para elas quanto para a comunidade local, como relata a entrevistada Maria da Conceição:

A associação já existia só que a gente ficava, assim, pensando qual é que ia ser melhor, trabalhá com hortaliça pra comunidade, né, pra todo mundo, ia assim procurando o que era melhor, depois lembrou que o coco babaçu podia ser uma coisa a mais no futuro ser melhor do que trabalhá com flores, a gente pensou em trabalhá com flores, trabalhá com a associação, a gente pensou em várias coisa, padaria a gente pensou, começou a pensar no que nois podia fazer aqui, até que chegou essa idéia do coco babaçu, como aqui é uma região que tem muito babaçu, pra não perder, porque aqui vai servir até a casca pra fazer carvão né, o bagaço já faz a ração pro animal, já faz o óleo, então já tem uma coisa assim que aproveita mais né, aí ficou, vamo trabalhá com coco, vamo [sic] (Maria da Conceição, entrevista concedida em 26/02/2012).

As afirmações contidas no relato²² da citada entrevistada reforçam a identidade da UBCB enquanto empreendimento social, visto que está alicerçado na preservação da cultura local, ou seja, no extrativismo do coco babaçu, bem como na introdução de novas práticas de inserção social, isto é, ao potencializar o valor comercial dos coquilhos através da fabricação de subprodutos – mencionados no relato anterior – a Unidade de Beneficiamento promoverá na comunidade a autogeração de emprego e renda (PESSOA, 2005).

Além disso, percebe-se o empoderamento feminino frente às ações desenvolvidas na comunidade e em especial na UBCB, haja vista que aquele “propugna uma revalorização social dos diferentes labores humanos e sua redistribuição entre homens e mulheres sem hierarquização” (BUARQUE, 2002).

Faz-se oportuno destacar que segundo os relatos das entrevistadas, o empreendimento ainda não está proporcionando os lucros almejados. Essa ausência de lucros foi apontada como o resultado de duas situações, onde a primeira diz respeito à interrupção da fabricação dos produtos já mencionados solicitada pela Secretaria Municipal de Vigilância Sanitária que exigiu da ACMACD a reforma de suas instalações; a segunda refere-se ao capital adquirido com a venda dos primeiros lotes de produtos (comercializados em unidades e/ou kits) que foi insuficiente para liquidar todas as despesas de energia elétrica, reforma do espaço físico e compra de matérias-primas, como narra Dona Luíza:

²² As depoentes autorizaram, através da cessão de direitos anexada nesse trabalho, publicar seus nomes, falas e imagens, sendo assim, as retextualizações das narrativas seguem a originalidade do estilo e variação linguística de cada depoente.

A gente parou porque tava, tava não, ainda tá em reforma, a gente teve que parar uns dias porque tinha que organizar tudo, forrar tudo, botá azulejo nas paredes, organizar tudo, que não tinha nada disso, ainda tá pra terminar, mais agora vamos continuar de novo [...] a venda dos kits, dessas coisas que a gente já vendeu, a gente tá vendendo pra comprar outros produtos pra tornar fazer novamente, tá só investindo, daqui pra frente é que a gente vai vê o que dá de produção [...] é só pra investimento mermo, porque só a conta de luz mermo vem 64 reais, a venda dos produtos não deu pra ter lucro nenhum ainda, mas a gente tá acreditando [sic] (Dona Luíza, entrevista concedida em 26/02/2012).

Esse depoimento evidencia o caráter empreendedor enfatizado pelos teóricos anteriormente citados, ou seja, a persistência em acreditar no empreendimento, assumindo as responsabilidades, sobretudo as financeiras, para fazê-lo deslançar. Faz ainda referência sobre os gastos e demonstra a esperança militante no fazer da associação.

Diante das discussões tecidas, faz-se oportuno ressaltar que para compreender o extrativismo sustentável do coco babaçu proposto pelo empreendimento descrito, deve-se analisar alguns conceitos essenciais ao entendimento da relação estabelecida entre empreendedorismo e conservação ambiental.

3. EMPREENDEDORISMO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

A conservação ambiental é inegavelmente um dos assuntos mais discutidos em todo o mundo. Tema esse que vem se configurando, sobretudo a partir das três últimas décadas do século XX, como uma das mais urgentes problemáticas a ser resolvida pelos líderes governistas. Fato este apontado por diversos especialistas, a exemplo de Taís Martins (2004):

A grande maioria das nações do mundo reconhece a emergência dos problemas ambientais. A destruição da camada de ozônio, acidentes nucleares, alterações climáticas, desertificação, armazenamento e transporte de resíduos perigosos, poluição hídrica, poluição atmosférica, pressão populacional sobre os recursos naturais, perda de biodiversidade são algumas das questões a serem resolvidas por cada uma das nações, segundo suas respectivas especificidades (MARTINS, Taís, 2004. p.2).

Os desequilíbrios ambientais citados pela referida especialista têm sido discutidos mundialmente, sobretudo em eventos como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como ECO 92²³, cuja finalidade é estabelecer acordos que promovam o desenvolvimento sustentável, ou como sugere a autora Gisele Silva Barbosa (2008), “encontrar meios de produção, distribuição e consumo dos recursos existentes de forma mais coesiva, economicamente eficaz e ecologicamente viável” (BARBOSA, 2008, p.10).

Embasando-se nas colocações da autora, bem como nas reflexões, acerca da sustentabilidade, realizadas pela pesquisadora Taís Martins (2004), pode-se afirmar, então, que o desenvolvimento sustentável consiste na tríade meio ambiente, mercado e sociedade, ou seja, na interdependência entre esses fatores como principal meio de proporcionar qualidade de vida para as atuais e futuras gerações. No entanto, deve-se salientar que o êxito do desenvolvimento sustentável está

²³ A ECO-92, Rio-92, Cúpula ou Cimeira da Terra são nomes pelos quais é mais conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 03 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro. O seu objetivo principal era buscar meios de conciliar o desenvolvimento sócio-econômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org>. > Acesso em 09 de abr.2012.

intrinsecamente relacionado às ações efetuadas conjuntamente pelas pessoas, poder público e setor privado (MARTINS, 2004, p.01).

Pode-se afirmar, também, que no rol dessas ações o empreendedorismo vem se mostrando como forte aliado da preservação ambiental, uma vez que a implantação de empreendimentos fundamentados no extrativismo, sobretudo o de caráter vegetal, tem crescido nas áreas rurais e desponta como alternativa sustentável para a geração de emprego e renda. Entretanto, vale ressaltar que os empreendimentos do setor extrativista no Brasil, ainda são considerados inexpressivos, pois representam apenas (1,9%) dos negócios (MACHADO et al. 2010).

Diante dessas considerações, faz-se relevante salientar que a supracitada Unidade de Beneficiamento de Coco Babaçu (UBCB) representa o arquétipo de um empreendimento extrativista, visto que tem por finalidade a instauração do desenvolvimento sustentável, ou seja, utilizar o recurso natural, especificamente, os coquilhos²⁴ da palmeira de babaçu, potencializando seu aproveitamento comercial – a fabricação de subprodutos – sem devastar os babaçuais.

Deve-se salientar, ainda, que a exploração sustentável das palmeiras de babaçu no povoado do Cocho de Dentro, realizada desde os mais antigos habitantes, vem garantindo a subsistência de muitos moradores, bem como a preservação de diversas espécies da fauna local. Fato este apontado em alguns depoimentos das entrevistadas, a exemplo de Maria da Conceição:

Se nois mata ela [a palmeira, grifo nosso], nois tava produzindo ainda?Trabalhando com ele [coco babaçu, grifo nosso]?Não tava [...]. Desde minha vó, só panhava o que tava no chão, o de cima vai caindo, porque se cortasse a palmeira pra tirar o cacho de cima, nois ia ficar sem, ia acabar [...]. E outra, a gente tem o cuidado de sempre deixar um lá no mato que é pra poder ele renascer, porque às vezes aquela palmeira antiga morre, então tem que sempre deixar um coco lá que é pra ele nascer, lá crescer outra árvore [...]. Hoje continua, agora é que tem mais cuidado ainda [...] e também é porque os animais se alimenta também disso aqui [mostra um coquilho, grifo nosso] no mato, o catité, o rato, muitas coisa se alimenta disso aqui,

²⁴ O óleo extraído de suas amêndoas é usado na alimentação; da casca do coco é produzido carvão. A partir do óleo também se produz sabonete. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org>> Acesso em 05 de abr.2012.

paca, cutia, tem muito bicho, eles têm que se alimenta disso aqui, né? [sic] (Maria da Conceição, entrevista concedida em 26/02/2012).

Neste relato a citada depoente aponta, também, de forma detalhada como preservar e fazer a colheita do babaçu, apresentando os saberes da prática, bem como os seus sentidos e significados. Portanto, pode-se afirmar que esses saberes transmitidos pelos antepassados aos atuais descendentes foram decisivos para que o meio ambiente local, especialmente os babaçuais, continuassem preservados e contribuindo para a subsistência de muitos residentes locais, sobretudo para as mulheres.

Cabe enfatizar, que o referido empreendimento, além de pleitear a geração de emprego e renda, vem se configurando como um relevante meio de assegurar a conservação ambiental nessa comunidade. Com a implantação da mencionada UBCB os extrativistas locais passaram a agregar aos seus saberes práticos os conhecimentos técnicos para explorar os babaçuais de maneira sustentável, a cessão da venda dos cocos babaçu para as olarias pode ser apontado como um exemplo significativo desta integração de saberes.

4. PALMEIRA DE BABAÇU: ASPECTOS GERAIS



Fotografia 01: Palmeira de babaçu

Foto: Tatielle Valois Rios Sena – Cocho de Dentro, em 21/04/2012.

A palmeira de babaçu (*Orbignya speciosa*) é uma árvore nativa da região amazônica com maior incidência nos estados do Tocantins, do Mato Grosso, do Pará e parte do Maranhão, sendo encontrada também nos estados do Piauí e da Bahia²⁵.

Essa imponente palmácea atinge até 20 m de altura, pode conter de 15 a 20 folhas com até 8 m de comprimento, apresenta flores de coloração creme-amarelada, aglomeradas em longos cachos. O ciclo produtivo se inicia depois de doze anos – numa imagem de forte simbolismo, esse ciclo é comparado, pelas

²⁵ Disponível <www.vivaterra.org.br/palmeiras_nativas.htm> Acesso em 28 de abr de 2012.

quebradeiras de coco, ao da mulher, que se torna apta à reprodução aos doze anos e tem gestação de nove meses, o mesmo período de maturação do primeiro cacho de babaçu²⁶ – (CMA, 2008, p.22).

Os babaçuais florescem nos meses de janeiro a abril e a frutificação ocorre entre os meses de agosto até janeiro, cada palmeira produz até 6 cachos de coco sustentados por um pedúnculo de 70 a 90 cm de comprimento, os frutos apresentam formato oval alongado, possuem de 3 a 4 sementes oleaginosas que pesam entre 90 a 280 g. Este fruto apresenta: epicarpo (camada mais externa bastante rija), mesocarpo (com 0,5 a 1,0 cm, rico em amido), endocarpo (rijo, de 2 a 3 cm) e amêndoas (de 3 a 4 por fruto, com 2,5 a 6 cm de comprimento e 1 a 2cm de largura) , a polpa é farinácea e oleosa²⁷.

Os frutos dessa palmácea são popularmente conhecidos como *bagaçui*, *uauaçú*, *aguaçu*, *coco de macaco*, *coco de palmeira*, *coco naiá*, *coco pindoba* e *guagaço*. E, representam o maior valor comercial do babaçu, visto que suas amêndoas são constituídas por 65% de óleo, esse óleo é extraído e utilizado nas indústrias para a fabricação de azeite, sabão, glicerina e óleo comestível.

No item a seguir, serão apresentados alguns dados acerca do extrativismo do babaçu, o contexto socioeconômico, bem como a sua invisibilidade econômica.

4.1. EXTRATIVISMO E CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO

De acordo com o relatório (2008) do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) – ONG Repórter Brasil²⁸ – o babaçu configura-se como um

²⁶ Disponível em < <http://www.agrocombustiveis.org.br> > Acesso em 28 de abr de 2012

²⁷ Disponível em < <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php> >. Acesso em: 29 de abril de 2012.

²⁸ Após o lançamento do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) 2004, institutos de pesquisa e empreendedores do setor da agroenergia passaram a apostar mais alto em investigações sobre o potencial de várias oleaginosas para a produção de biodiesel, em especial aquelas que poderiam representar alternativas mais adequadas a especificidades geoclimáticas regionais. Na esteira dos resultados econômicos do agronegócio do dendê na Amazônia, várias palmeiras e outras espécies nativas do bioma, como babaçu, copaíba, andiroba, macaúba, açai, cupuaçu, bacuri, tucumã, uricuri e murumuru, entre outras, foram aventadas como possíveis matérias primas de agrocombustíveis, mas, no plano concreto, apenas os estudos sobre o uso do babaçu receberam investimentos mais significativos.

Disponível em < <http://www.agrocombustiveis.org.br> > Acesso em 28 de abr de 2012.

dos recursos vegetais mais importantes do extrativismo nacional. Entretanto, por sua ocorrência não controlada do ponto de vista econômico e agrícola continua a ser tratado como um recurso marginal, permanecendo apenas como parte integrante dos sistemas tradicionais e de subsistência (DOSSIÊ TÉCNICO, 2007, p. 5).

A falta de regularidade econômica tem sido apontada como a principal responsável pelo declínio na produção das amêndoas de babaçu, especialmente ao longo das últimas décadas. Em 1990, o Brasil produziu 188,7 mil toneladas de amêndoas desse fruto, em 2006, essa produção sofreu uma considerável redução (71,6 mil toneladas a menos) ficando em 117,1 mil toneladas apenas. Declínio este diretamente relacionado, também, aos seguintes fenômenos: expansão da pecuária, plantio de soja e o corte de madeira que juntos promoveram um intenso desmatamento dos babaçuais, sobretudo na região amazônica. No estado do Maranhão, até o ano de 2004, cerca de quatro milhões de hectares de babaçu foram extintos, o que representa 40% dos babaçuais (CMA, 2008.p 22).

Vale ressaltar, entretanto, que a extinção dos babaçuais tende a diminuir nos próximos anos, pois algumas pesquisas acerca da fabricação de combustíveis a partir da utilização de sementes oleaginosas estão em andamento no Brasil, especialmente na região nordeste. Alguns desses estudos, a exemplo do realizado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), exploram a possibilidade de fabricar produtos derivados da casca do coco babaçu, tais como etanol, metanol, coque, carvão reativado, gases combustíveis, ácido acético e alcatrão (DOSSIÊ TÉCNICO, 2007, p.5).

Sendo assim, a preservação das palmeiras de babaçu mostra-se ecológica, social e economicamente relevante, em especial, para as diversas famílias que habitam a zona rural das regiões norte e nordeste do país, áreas de maior ocorrência dessa palmácea. Os babaçuais são ecologicamente importantes porque, dentre outras funções, exercem papel fundamental na conservação da fertilidade do solo, sua relevância social evidencia-se, sobretudo, na exploração dos coquilhos que ocorre geralmente no período de entressafra das lavouras locais. Fatos estes que contribuem para a manutenção da subsistência dessas famílias, bem como para a redução do êxodo rural (DOSSIÊ TÉCNICO, 2007, p.8).

Pode-se destacar, ainda, a relevância dos babaçuais para as comunidades que sobrevivem do extrativismo vegetal, uma vez que nestas localidades a palmeira

de babaçu é utilizada para suprir algumas necessidades básicas: a madeira retirada do estipe²⁹ e as folhas (palhas) servem de matérias-primas para a construção de moradias, utilitários domésticos, adubo e ração animal, as cascas dos frutos são aproveitadas para a produção de carvão – às vezes a única fonte de energia disponível – das amêndoas extraí-se o leite e o óleo largamente usado na culinária local³⁰.

Em algumas comunidades – a exemplo das situadas no estado do Maranhão – a exploração dessas matérias-primas é efetuada de forma rudimentar, especialmente no que tange à coleta e quebra dos coquilhos. As mulheres quebradeiras de coco, normalmente acompanhadas por seus filhos, na maioria crianças, se reúnem em pequenos grupos para adentrarem os babaçuais e recolherem os frutos, os quais são acondicionados em cestos de palha (cofos, aiós), esses pesados fardos são transportados manualmente (sobre a cabeça) até o local onde serão quebrados. Às vezes para diminuir o excesso de cargas elas fazem o árduo trabalho de extrair as amêndoas na mata, à sombra das palmeiras.



Fotografia 02: Rodolfh Hamadi.

Disponível em < [http:// overomundo.com. br](http://overomundo.com.br) > Acesso em 08 de maio de 2012.

²⁹ O espique, estipe, ou estipa, é um caule de situação aérea e com ramos na parte superior. Cresce perpendicularmente ao solo e produz gemas entre os espaços. Possuem formato relativamente cilíndrico, de espessura maior que a dos colmos e folhas com somente uma ponta, o que pode ser observado nas palmeiras.

Disponível em < www.pt.wikipedia.org/wiki/Espique > Acesso em 02 de mai.de 2012.

³⁰ ³⁰ Disponível em < www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/51263/1/Doc2.pdf > Acesso em 30 de abr. de 2012.

O processo de extração manual das amêndoas é realizado com auxílio de um machado e um macete (pedaço de pau). O coquilho é apoiado sobre o gume do machado e golpeado com o macete diversas vezes, pois o mesocarpo e o endocarpo são muito resistentes. Nesse processo muitas amêndoas são inevitavelmente rompidas, sendo este rompimento prejudicial à obtenção do leite e do óleo, pois as sementes quebradas se tornam rançosas dentro de 24 a 48 horas, perdendo assim o valor comercial (SOLER et al,2007).



Fotografia 03: Rodolph Hamadi.
Disponível em < <http://www.camara.gov> > Acesso em 08 de maio de 2012.

As fotografias apresentadas retratam o cotidiano das mulheres que realizam o árduo trabalho na colheita e aproveitamento do babaçu. A seguir, será apresentado como se realiza o trabalho do extrativismo do babaçu no Cocho de Dentro, espaço empírico dessa pesquisa.

4.2. EXTRATIVISMO DO BABAÇU NO COCHO DE DENTRO: EMERGÊNCIA DOS DADOS NO ESPAÇO EMPÍRICO

Na comunidade do Cocho de Dentro, o extrativismo do coco babaçu é realizado de forma semelhante ao processo descrito anteriormente, no entanto, a quebra dos frutos ocorre de maneira diferenciada. As mulheres empilham os coquilhos nos terreiros ou quintais de suas casas, colocam pequenas lajes próximas

a essas pilhas – pedras de tamanho médio em formato achatado ou liso que servem de apoio – sentam-se no chão coberto por esteiras ou tapetes e com o auxílio de marretas (que pesam aproximadamente de 3 a 5 kg) iniciam a exaustiva tarefa: apoiam o coco sobre a laje e com extrema destreza o golpeiam até quebrá-lo.



Fotografia 04: Quebra de coco babaçu no Cocho de Dentro

Foto: Tatielle Valois Rios Sena – Cocho de Dentro, em: 21/04/2012.

A fotografia apresentada retrata a depoente Maria Almeida do Espírito Santo (Maria de Hermínio) realizando a quebra manual do coco babaçu no Cocho de Dentro, espaço empírico dessa pesquisa.

Ainda versando sobre o processo manual da quebra do coco babaçu, bem como acerca da relevância deste fruto para a subsistência de algumas famílias, faz-se oportuno citar alguns relatos feitos pelas mulheres que, desde a mais tenra idade, desenvolvem esse exaustivo trabalho, a exemplo de Dona Maria de Hermínio:

Ela [a mãe, grifo nosso] ia pro mato mais pai, trazia os cocos, a gente [ela e os irmãos, grifo nosso] ficava em casa pelando pra botar no jirau pra secá, ou então eles chegava quebrava e deixa nois tirano, aí iam buscar mais, quando chegava, [pausa] aí de noite sentava todo mundo no meio da casa com o candeeiro aceso pra tirar [as

amêndoas, grifo nosso] pra vender [sic] (Maria de Hermínio, entrevista concedida em 26/02/2012).

Nesse relato observa-se que o extrativismo do coco babaçu era uma tarefa que envolvia toda a família. Todos independente do sexo ou idade participavam da árdua tarefa de extrair as amêndoas desse fruto, ou seja, contribuíam, de alguma forma, para o sustento familiar.

A importância do coco babaçu para o sustento da maioria dos moradores desse povoado evidencia-se, também, em outros depoimentos como o da senhora Maria Margarida que se mudava com os filhos para o ‘mato’ e durante toda a semana trabalhavam na colheita do babaçu, retornando para seus lares no final da semana. O relato é de um realismo emocionante pela árdua tarefa manual que as mulheres realizavam para produzirem suas existências e dar o suporte financeiro à família:

[...] eu criei meus filhos foi no bago de coco, quebrando coco [...] era a semana toda no mato, fazia era um rancho de bera no chão e durmia lá dentro do ranchinho, o fogão pro lado de fora porque não podia botá fogo dentro de casa senão queimava todo mundo ,quando era na sexta-feira a gente vinha pra casa, [...] nois descia com a carga de coco e menino e tudo, aí ele levava pra rua e vindia, aí fazia a ferinha pra nois cumê, [sic] (Maria Margarida, entrevista concedida em 21/04/2012).

E no relato da entrevistada Maria da Conceição este fato é ratificado:

Nossos pais criou a gente com esse produto [aponta o coco, grifo nosso] ia pro mato buscar o coco, trazia no saco descendo essas rampas, essas serras, trazia inteiro, trazia maduro, na semana que caía [os cocos caem quando amadurecem, grifo nosso] eles panhava, aí trazia maduro,quando chegava em casa, dispelava ele,tirava aquela casca madura dele,fazia um jirau assim com uns pau,colocava lenha debaixo, os coco em cima para a quintura do fogo secá o coco mais rápido que era pra poder dá tempo quebrar e levar pro sábado, senão não fazia feira,aí tinha que fazer isso [...] o nosso sustento foi o coco[...] abaixo de Deus, o coco [sic] (Maria da Conceição, entrevista concedida em 26/02/2012).

Além do trabalho das mulheres, Maria da Conceição descreve o trabalho do pai no mesmo ofício, esclarecendo que o babaçu foi o sustento mínimo para se alimentarem.

Analisando os depoimentos apresentados, pode-se reafirmar que o valor comercial do babaçu sempre esteve pautado nas amêndoas, as quais representavam a principal e, às vezes, a única fonte de renda para essas famílias. Fato este comprovado pela necessidade de extrair esse produto mesmo quando os frutos ainda não estavam totalmente prontos, ou seja, era preciso realizar o processo de secagem dos coquilhos maduros para que a extração das sementes ocorresse conforme afirma Maria da Conceição quando ela diz “*tinha que fazer isso, senão não fazia feira*”.

Em seus relatos as entrevistadas informaram que elas e seus familiares chegavam a extrair, semanalmente, cerca de vinte a trinta quilos de amêndoas do coco babaçu. Estes montantes eram comercializados aos sábados, num depósito situado nas imediações do Centro de Abastecimento, feira livre da cidade, como narra Dona Luíza:

[...] lá na feira livre tinha um depósito que comprava, a gente levava e vendia lá, [...] tinha veis que a gente tirava vinte quilo, trinta quilo, até mais, né? Dependia do tanto de coco que a gente achava no mato [...] dava pra fazer a feira, naquele tempo (década de setenta, grifo nosso) as coisa era tudo barato [sic] (Dona Luíza, entrevista concedida em 26/02/2012).

A referida depoente relatou ainda, que a maior parte dos habitantes da mencionada comunidade não utilizava as amêndoas apenas como produto comercial, mas também como ingrediente usado na produção de alimentos para o autoconsumo:

Eu mermo não tenho vergonha de dizer que tinha vezes que não tinha as coisas em casa pra dá os filhos pra comer, eu cozinhava mamão verde, pisava o coco, tirava o leite, botava no mamão, fazia aquele pirão gostoso e dava pra eles comer, não cansei de fazer [...] a maioria do povo aqui antigamente vivia do coco [sic] (Dona Luíza, entrevista concedida em 26/02/2012).

O referido depoimento demonstra, sobretudo, a situação de extrema pobreza em que vivia a grande maioria dos moradores dessa comunidade. Situação esta apontada, também, no relato da entrevistada Lindalva Ribeiro:

Naquela época as casas não eram feitas de cimento, era feita só no barro, aí a gente colocava lá na cozinha aquele fogaréu danado pra

puder tirar o coco, porque às vezes até o candeeiro apagava porque não tinha o óleo, porque o dinheiro não dava pra comprar o óleo pra botá no candeeiro, aí ficava só aquela luzinha piquinininha, aí a gente botava aquela casca de coco ali no meio da cozinha [ateavam fogo,grifo nosso] e começava a tirar com aquele fogo, quando era no outro dia a gente pegava de novo aquelas cascas que ficava lá que a gente queria jogava no mato,quando era de noite de novo pra puder acender o fogo e tirar esse coco [sic] (Lindalva Ribeiro, entrevista concedida em 26/02/2012).

Diante dessas narrativas faz-se indispensável evidenciar que, atualmente, o extrativismo do coco babaçu não pode ser mais considerado como única fonte de renda para essa comunidade, visto que muitos habitantes, sobretudo as mulheres, diversificaram seus rendimentos mensais através de novas formas de trabalho. Alguns são feirantes (plantam frutas e verduras orgânicas para comercializar nas feiras livres da cidade), outros trabalham nas lavouras locais ou na sede do município. As mulheres, na grande maioria, atuam como diaristas e recebem auxílio financeiro do governo federal (bolsa família). As crianças e os jovens não precisam mais laborar junto aos pais no provimento da subsistência familiar e todos frequentam regularmente as instituições de ensino da cidade.

Faz-se oportuno destacar, entretanto, que os babaçuais continuam sendo um forte aliado na obtenção de renda para alguns moradores, especialmente aqueles que não dispõem de outras atividades econômicas (exceto o programa bolsa família). E, foi justamente buscando a ampliação da renda local que a UBCB foi implantada, com a proposta de atingir o beneficiamento total do coco babaçu, analisado no capítulo anterior, viabilizado pelo uso de algumas máquinas elétricas (fatiador para coco, prensa para extração de óleo, conjunto desintegrador) pretende-se gerar postos de trabalho e conseguinte remuneração para muitos residentes do povoado.

É preciso salientar, no entanto, que a UBCB ainda não atingiu seu principal objetivo: a geração de emprego e renda, mas vem promovendo, dentre outras ações, a capacitação técnica de alguns membros da ACMACD, sobretudo das mulheres para que possam utilizar o referido maquinário aumentando, desta forma, a produtividade do óleo babaçu e diversificar sua respectiva aplicação no fabrico de subprodutos (descritos no capítulo anterior). Contudo, deve-se enfatizar que a extração manual das amêndoas ainda é recorrente, visto que, às vezes, a máquina desintegradora – responsável pela trituração do coco e a separação das sementes –

para de funcionar. Quando isso ocorre algumas senhoras, participantes da Associação, se reúnem aos domingos e feriados, à tarde, na sede da citada instituição para realizar a quebra dos cocos e a retirada das amêndoas.

Sendo assim, pode-se afirmar que a UBCB representa para o referido povoado, o que Ana Alice Costa (2000) denomina de empoderamento, ou seja:

[...] o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir (COSTA, 2000, p.7).

Então, há uma representação em particular do empoderamento das mulheres que estão inseridas na Associação local e que lideram as atividades desenvolvidas pela mencionada UBCB, as quais se tornaram “empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais” (COSTA, 2000).

Ao engajar-se na respectiva Associação e participarem ativamente da citada UBCB, essas senhoras adquiriram visibilidade diante do povoado, ou seja, não estão mais restritas ao âmbito privado – em seus lares efetuando os afazeres meramente domésticos – mas atuando, sobretudo, na esfera pública. Algumas delas compõem o corpo administrativo (secretária, tesoureira) da ACMACD e mensalmente se reúnem com outros membros associados, sendo a maioria mulheres, para discutirem, dentre outros temas, as decisões que precisam ser tomadas em relação ao empreendimento fundado, isto é, para que a Unidade de Beneficiamento do Coco Babaçu possa gerar trabalho e renda.

É imprescindível enfatizar que a visibilidade destas senhoras está associada, também, à inserção delas no mundo do trabalho, mesmo que no mercado informal – segundo (SORJ, 2004) no setor informal encontravam-se 57% das mulheres, as quais trabalham como autônomas ou assalariadas sem vínculo empregatício, não contribuem com a Previdência Social – onde realizam serviços autônomos (feirantes, lavradoras ou diaristas). Elas circulam pelos espaços públicos adquirindo maior acesso aos meios de comunicação e aos serviços básicos de assistência à saúde e educação. Fatos estes que contribuem para a melhoria da qualidade de vida e, de certa forma, para a ascensão social destas trabalhadoras.

5. MULHER: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NO MUNDO DO TRABALHO

Neste capítulo serão tecidas algumas considerações acerca da relevância do movimento feminista para a incorporação da mulher nos espaços públicos, bem como as relações de gênero que permeiam esses espaços e a construção identitária da mulher trabalhadora.

A primeira consideração a ser tecida diz respeito à inserção feminina nos espaços públicos³¹, sobretudo no mundo do trabalho. Inserção esta analisada à luz do movimento feminista, embora se faça necessário enfatizar que esta pesquisa não objetiva discorrer profundamente sobre o referido movimento, mas a importância deste para a introdução da mulher nos espaços públicos, pois como destaca a historiadora Margareth Rago (2004):

[...] é possível afirmar que há um reconhecimento social, na atualidade, de que as lutas feministas afetaram positivamente a maneira pela qual se deu a incorporação das mulheres no mundo do trabalho, num momento de ampla modernização sócio-econômica no Brasil, desde os anos setenta, e que contribuiu para que houvesse grandes mudanças, apesar do regime ditatorial estabelecido, nos códigos morais e jurídicos, nos valores, nos comportamentos, nas relações estabelecidas consigo e com os outros, nos sistemas de representações e no modo de pensar(...) (RAGO, 2004.p.3).

Nota-se nas colocações da referida autora que as lutas feministas além de promoverem a inserção da mulher no mundo do trabalho, contribuíram para que houvesse a transformação de valores e comportamentos impostos pela sociedade, estabelecendo o “princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não-existência de esferas de decisões hierarquizadas” (ÁLVAREZ, 1990).

As mencionadas colocações permitem afirmar que o movimento feminista foi, e ainda permanece como um relevante instrumento de transformação social para as mulheres, visto que estão superando os longos séculos de invisibilidade, quando elas apenas “atuavam em família, confinadas em casa, ou no que servia de casa, eram invisíveis” (PERROT, 2007). Fato este reconhecido pela socióloga Ana Alice Alcântara Costa (2005):

³¹ Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política. (COSTA, 2005.)

O feminismo enfrentou o autoritarismo [...] patriarcal presente na família, na escola, nos espaços de trabalho, e também no Estado [...] Rompeu fronteiras, criando, em especial, novos espaços de interlocução e atuação, possibilitando o florescer de novas práticas, novas iniciativas e identidades (COSTA, 2005. pp.26-27).

E ratificado também pela psicóloga Márcia Arán (2003):

O movimento feminista [...] no seu ato coletivo de ousadia proclamou a que pode ser considerada uma das mais importantes revoluções do século XX. Digo revolução pela possibilidade de ruptura na história das mulheres de sua condição milenar de dominação, [...] esse movimento possibilitou, sobretudo, uma mudança em suas vidas, em suas escolhas profissionais, em seus desejos e em suas relações amorosas que podem, hoje, seguir diferentes caminhos, não necessariamente traçados pelo que no século passado se anunciou como sendo a sua 'natureza' (ARÁN, 2003, p.399-400).

As citações ora descritas evidenciam que o século XX, especialmente a partir dos anos setenta, quando houve a intensificação do movimento feminista no Brasil, representou para as mulheres um período de “[...] grande visibilidade [...] em todos os espaços da vida social, política e cultural, nas cidades e no campo, e inclusive no âmbito acadêmico” (RAGO, 1996, p.17), ou seja, uma fase de acentuadas transformações.

Cabe salientar que a respectiva fase trouxe em seu bojo algumas mudanças significativas, como por exemplo, a redução do número de filhos, o aumento da expectativa de vida e o acesso ao ensino superior. Transformações estas que possibilitaram à figura feminina inserir-se no mercado de trabalho, alterar os valores atribuídos ao seu papel social, bem como (re)construir a sua identidade, principalmente, nos espaços públicos.

Dando continuidade a análise proposta anteriormente, faz-se relevante apresentar o segundo item a ser considerado nesta abordagem, isto é, o processo de construção/reconstrução da identidade da mulher, iniciado com as reivindicações do movimento feminista, desde o século passado. E que vem se fortalecendo, sobretudo, através da crescente participação feminina no mundo do trabalho, bem como a sua maior participação nos variados espaços públicos. Portanto, ser mulher

na atualidade está cada vez mais distante do “identificar-se com a maternidade e a esfera privada do lar, sonhar com um casamento indissolúvel e afeiçoar-se a atividades leves e delicadas, que exigem pouco esforço físico e mental” (RAGO, 2004, p. 31).

Esse distanciamento está relacionado, dentre outros fatores, à inclusão da figura feminina em profissões e setores até recentemente considerados masculinos. O setor político, por exemplo, é um dos espaços no qual as mulheres vêm se destacando, especialmente, nas esferas legislativas e executivas, o Brasil é hoje um dos países cuja presidência da república é administrada por uma mulher. Além de políticas, elas se destacam, também, como “empresárias, engenheiras, juízas, médicas, delegadas ou esportistas” (RAGO, 2004) dentre outras atividades profissionais.

Diante destes dados, é possível afirmar que as representantes do sexo feminino, na atualidade, não estão mais atreladas à ideologia da domesticidade que segundo a citada historiadora Margareth Rago (2004) não permitia às mulheres:

[...] direito à vida pública [...] acesso aos negócios, aos cargos políticos e de direção, à cultura, à educação [...] à sociabilidade [...] consideradas incapazes de governar a si mesmas e aos outros, devendo submeter-se à autoridade masculina, em casa e fora dela (RAGO, 2004, p.35).

A referida ideologia pode ser considerada superada, pois a grande maioria das mulheres demonstra novos interesses, e em particular, o de se profissionalizarem e conquistarem seu lugar nas denominadas esferas públicas. Sendo esta conquista a principal responsável pela mudança dos antigos paradigmas que identificavam a figura feminina como ser submisso, indiferente à dominação masculina e como trabalhadoras do lar.

É oportuno mencionar que algumas das transformações sociais, anteriormente descritas, foram observadas na localidade que serviu de campo desta pesquisa. No mencionado povoado, constatou-se que as mulheres participantes deste estudo se encontram inseridas no mercado de trabalho. No entanto, essa inserção ocorreu apenas no âmbito do trabalho informal, ou seja, elas são trabalhadoras autônomas que desempenham as funções laborais de feirantes e

lavradoras – plantam hortaliças orgânicas e comercializam na feira agroecológica³² da cidade – mas não possuem vínculo empregatício nem contribuem com a Previdência Social.

Constatou-se, também, que essas trabalhadoras não frequentaram regularmente as instituições de ensino – mas isso não permite considerá-las analfabetas, pois dentre as mulheres entrevistadas apenas uma não escreve o próprio nome nem decodifica textos escritos – fato este que, dentre outros, contribui para a informalidade do trabalho desenvolvido por estas mulheres. Mas vale lembrar que isso não as impede de galgarem certa visibilidade nos espaços públicos, uma vez que vêm conquistando autonomia financeira e associando-se a instituições como a Associação de Produtores Agroecológicos de Jacobina (APAEJ) e na ACMACD, onde nesta última, algumas delas integram o corpo administrativo.

A referida informalidade do trabalho desenvolvido por estas mulheres, bem como a respectiva autonomia econômica conquistada por elas, pode ser comprovada nos seguintes relatos:

[...] eu criei meus filhos foi no bago de coco, quebrando coco [...] hoje tô aí trabaiano um dia aqui oto acolá e vou vivo [...] aqui, acolá dois dia de trabaio, trabaio pra mim na roça, trabaiano na roça pro zoutro, o zoutro me pagano [sic] (Maria Margarida, entrevista concedida em 21/04/2012).

[...] Na verdade derna deu com sete anos que eu vendia na feira, [...] eu não gostava de depender da minha mãe, eu merma que comprava as minhas coisas que eu precisava [...] toda vida eu gostei de trabalhar, [...] nunca trabalhei pra ninguém só pra mim mermo [...] tenho barraca na Feira Orgânica e tenho barraca na Feira Livre [sic] (Dona Luiza, entrevista concedida em 26/02/2012).

[...] hoje nós no Cocho de Dentro pode dizer que tamos rico, todo mundo. [...] hoje a gente come com mais facilidade, veste tranquilamente, calça, [...] Hoje eu tou no céu, [...] todo dia eu

³² Em 23 de dezembro de 2003, 15 produtores de hortaliças orgânicas, associados da (APAEJ) fundaram a feira agroecológica de Jacobina, a “feirinha orgânica” localizada Praça Getúlio Vargas, ao lado do Mercado Velho, na região central da cidade. Os 15 produtores fundadores da feira contaram com o apoio da COFASPI, MOC, Credimonte, Banco do Nordeste e Prefeitura Municipal de Jacobina, que cederam barracas padronizadas além de apoiar na organização e divulgação. Atualmente a feira acontece todas as quartas-feiras das 6:00h. às 12:00h. Disponível em <<http://setre.ba.gov.br/.../Relatório%20Final%20-%20Jacobina%20>> Acesso em 12 de maio de 2012.

agradeço, o nosso sustento sempre foi o coco [sic] (Maria da Conceição, entrevista concedida em 26 /02/2012).

Diante das narrativas apresentadas pode-se afirmar que as citadas depoentes assumem sua condição de mulher trabalhadora cuja renda proveniente de suas atividades econômicas – quebrar coco babaçu, comercializar hortaliças ou cultivar a terra para si e terceiros – sempre contribuiu para o autossustento, a manutenção dos seus familiares e, especialmente, para a melhoria da qualidade de vida, pois como enfatiza Maria da Conceição *“hoje a gente come com mais facilidade, veste tranquilamente, calça” [sic]* (Maria da Conceição, entrevista concedida em 26 /02/2012).

É válido ressaltar que mesmo assumindo a condição de trabalhadoras, economicamente independentes, as entrevistadas ainda demonstram um comportamento arraigado no estereótipo da mulher que, apenas, desempenha o papel feminino determinado/esperado pela sociedade (LOURO, 1997), ou seja, subordinadas à figura masculina. Isso fica evidente, sobretudo, na administração da mencionada ACMACD, uma vez que o corpo administrativo desta instituição é constituído por uma maioria de representantes masculinos, a presidência sempre foi, e continua sendo, gerida por homens.

Cabe salientar que durante a realização desta pesquisa foi possível acompanhar a eleição na qual seriam eleitos os novos gestores da instituição, e algumas mulheres foram solicitadas a se candidatar, mas todas alegaram falta de escolaridade e disponibilidade para assumir os cargos, o que resultou na permanência do mesmo corpo diretivo onde conta com a participação de duas mulheres (secretária e tesoureira). Isso autoriza concluir que a inexpressiva participação das representantes femininas na administração da ACMACD reforça o discurso da hierarquização entre os gêneros, pois como enfatiza Guacira Louro (1997):

[...] A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instancias sociais e culturais [...] as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, como também as complexas redes de poder [...] constituem

hierarquias entre os gêneros [...] Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais [...] “fabricam” os sujeitos (LOURO, 1997, p. 18-24-25).

Compartilhando da reflexão efetuada pela citada autora e analisando as entrevistas realizadas na comunidade do Cocho de Dentro, pode-se reafirmar que as depoentes representam o paradigma de gênero que a sociedade *fabrica* para as mulheres: mães, esposas, trabalhadoras do lar que conhecem “o que é adequado (inadequado) para uma mulher [...] e responder a essas expectativas” (LOURO, 1997, p.24), pois em suas falas e ações, as referidas entrevistadas, deixam transparecer que não se consideram “adequadas” ou capazes de gerenciar a citada Associação de Moradores, e, assim, reproduzem o discurso de uma sociedade onde se “constrói padrões de comportamento para o masculino e o feminino que extrapolam as diferenças sexuais, biológico-genéticas e organizam valores, normas e privilégios diferenciados” (ALMEIDA, 2010, p.17).

É imprescindível destacar, entretanto, que ao inserirem-se nas citadas associações, bem como desenvolverem as atividades econômicas, anteriormente descritas, essas trabalhadoras agregaram novos conhecimentos às suas práticas e vêm (re)construindo seus papéis sociais. Hoje não se pode mais descrevê-las apenas como *mulheres do lar*, mas sim como representantes do sexo feminino que desempenham múltiplos papéis, embora em seus relatos não tenham explicitado consciência acerca das diferentes identidades que as caracterizam, pois apesar de realizarem trabalhos que permitem identificá-las como empreendedoras e feirantes, elas se reconhecem, apenas, como lavradoras. Quando questionadas sobre isso responderam que se identificam dessa forma, por ser esta a função que consta em seus documentos pessoais, como narra a depoente Maria Margarida:

[...] quando a gente foi tirar o documento, perguntava a profissão da gente, de lavradora, então se o primeiro, como é que diz? O registro da gente é a primeira coisa, o primeiro documento foi registrado como lavradora [...] Eu sou lavradora [sic] (Maria Margarida, entrevista concedida em 21/04/2012).

A mesma identidade é igualmente reconhecida por Dona Luiza:

Eu mermo toda vida reconheci como lavradora, até nos documentos mermo a gente bota como lavradora, não luta só com o coco, sempre trabalha na roça né? A gente bota como lavradora [...] aqui (na

comunidade, grifo nosso) sempre usou o termo lavradora [sic] (Dona Luíza, entrevista concedida em 21/04/2012).

Mediante os dados apresentados, faz-se oportuno enfatizar que apesar do extrativismo dos babaçuais ter sido até recentemente, a única fonte de renda para estas senhoras, elas não reconhecem a atividade de quebrar cocos como trabalho, sendo esta a justificativa para não se identificarem como *quebradeiras de coco*³³, conforme explica Dona Maria de Hermínio “*é porque num luta só com o coco, né?*” [sic] e Dona Luíza ratifica “*não luta só com o coco, sempre trabalha na roça, né?*” [sic].

Os mencionados relatos possibilitam afirmar que as entrevistadas, inconscientemente, reproduzem o discurso de que as atividades realizadas comumente por mulheres no espaço privado – neste caso o extrativismo do coco babaçu – são consideradas como reprodutivas, isto é, uma extensão dos serviços domésticos, os quais por serem desprovidos de vínculo empregatício (registro contratual) e remuneração (salários) não podem ser considerados como trabalho/profissão. Assim, legitimam discursos sobre ser profissional e ser mulher, e suas divisões de trabalho entre o público e o privado, de modo que ratificam a invisibilidade feminina e sua inserção no mercado de trabalho, e, conseqüentemente, no mundo público determinado para atuação do homem.

Dessa forma, percebe-se que a falta de reconhecimento da identidade de *quebradeiras de coco* por parte das mencionadas depoentes, é totalmente justificável, pois essa construção identitária se faz presente nas regiões brasileiras onde há maior incidência de babaçuais. Este fator apenas ratifica o quanto o

³³ Quebradeiras de coco ou Babaçueiros: São populações extrativistas que vivem principalmente da coleta do babaçu e da utilização dessa palmeira, sobretudo no Meio-Norte, na zona de Cerrado e floresta, abrangendo Maranhão, Piauí e algumas áreas de estados vizinhos.

Em fevereiro de 2007, foi assinado o decreto que institui a Política Nacional de desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. O decreto define ações nas áreas de educação, regularização fundiária, reconhecimento da cidadania, proteção dos territórios tradicionais, construção de infra-estrutura, atenção à saúde, fortalecimento institucional, produção sustentável, segurança e inclusão social para comunidades tradicionais como quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, sertanejos, seringueiros, agroextrativista da Amazônia, faxinais, pescadores artesanais, ciganos, pomeranos, indígenas, pantaneiros, caiçaras e gerazeiros, entre outros.

Disponível em < <http://www.agrocombustiveis.org.br>.> Acesso em 28 de abr de 2012.

empoderamento³⁴ feminino se traduz como necessidade para que cada mulher se perceba como profissional de direito que luta permanentemente pela equidade de gênero. Outro fator que caracteriza essas mulheres é o grau de escolaridade baixo, com leituras vivenciais acerca da condição feminina, como sendo da “natureza feminina” a divisão sexual pelo trabalho, cabendo à mulher as tarefas do lar, dos filhos e o cuidado pelos familiares e esposo.

A educação dessas mulheres é um instrumento essencial de empoderamento e compreensão do seu papel social e político na localidade onde residem e por isso mesmo, os resultados da pesquisa apontam para estes horizontes de expectativas.

No item subsequente serão apresentados alguns dados relevantes sobre o processo de construção político-social da identidade *quebradeiras de coco*.

5.1. QUEBRADEIRAS DE COCO: MULHERES EM LUTA PELO RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO

O extrativismo do coco babaçu³⁵ sempre se configurou como importante fonte de renda para as famílias economicamente desfavorecidas, as quais na grande maioria residem em áreas de maior incidência de babaçuais, especialmente nos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins. Nestes estados as palmeiras de babaçu ocupam vastas extensões de terra, fato este responsável pelos históricos conflitos entre as mulheres extrativistas e os latifundiários. Inclusive foram estes embates que culminaram no surgimento de uma nova categoria para essas trabalhadoras que desenvolviam, e continuam realizando, como principal atividade

³⁴ O Fórum Econômico Mundial (FEM, 2005) avaliou a dimensão atual da disparidade de gênero e no relatório “Empoderamento das mulheres – Avaliação das Disparidades Globais de Gênero” aponta as cinco dimensões importantes para o empoderamento e oportunidades para as mulheres: participação econômica; oportunidade econômica, empoderamento político, avanço educacional e saúde e bem-estar.

³⁵ A coleta e a extração da amêndoa do coco de babaçu respondem pela renda familiar de mais de 400 mil mulheres nos Estados do Pará, Maranhão, Tocantins e Piauí, [...] Apesar do desmatamento acelerado nos últimos 20 anos, os babaçuais ainda ocupam cerca de 18 milhões de hectares nos quatro Estados.

Disponível em < <http://www.agrocombustiveis.org.br>.> Acesso em 28 de abr de 2012.

econômica o extrativismo do babaçu, ou seja, as *quebradeiras de coco*, pois como aponta João Carlos da Cunha Moura et al (2010)

[...] elas formam um grupo portador de identidade étnica que, organizadas em associações, lutam para garantir as suas práticas sociais, o livre acesso aos babaçuais, bem como a preservação dos mesmos, já que essas palmeiras representam o sustento para as suas famílias [...] a estrutura fundiária favorece a concentração de renda, além de gerar e reproduzir diferentes relações de sujeição a que estão submetidas as mulheres quebradeiras de coco babaçu. Entretanto, tal questão fica esquecida [...] pela falta de reconhecimento da atividade extrativista das quebradeiras como atividade econômica (MOURA et al, 2010.p 2).

E o pesquisador Joaquim Shiraishi (1999) também ratifica:

[...] as mulheres que realizavam a atividade extrativa do babaçu já se autodenominavam quebradeiras de coco. Todavia, a identidade política da quebradeira de coco vai ser construída nas diversas regiões a partir das lutas pela proibição da derrubada do babaçu, o livre acesso às áreas de palmeiras e pela organização em cooperativas, associações, núcleos e grupos que vão rivalizar com os fazendeiros e seus prepostos, "atravessadores" e comerciantes [...] Sendo que o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) poderia ser interpretado como momento maior de sua organização política (SHIRAISHI, 1999, p.19).

As colocações ora apresentadas, não só evidenciam a histórica luta das extrativistas por seu reconhecimento identitário *quebradeiras de coco*, como também refletem a trajetória dessas mulheres no enfrentamento das variadas formas de sujeição impostas pelos homens. Tal enfrentamento só foi viabilizado pela organização político-social desses grupos de mulheres cujas reivindicações ultrapassam a questão basilar da sobrevivência, uma vez que elas buscam também, o reconhecimento profissional da categoria e, sobretudo, o acesso à terra, para que possam, enfim, transpor a condição de subalternidade.

Cabe salientar que o enfrentamento instaurado por essas *quebradeiras de coco* está alicerçado em sólidas estratégias de atuação, dentre as quais se encontram: a organização institucional, a exemplo do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), a formação educacional das militantes, o engajamento político, bem como na fundação de cooperativas e associações nas

quais participam do corpo diretivo. Essas estratégias refletem o empoderamento dessas mulheres na luta pela equidade de gênero, este não “ligado ao desempenho dos papéis masculinos ou femininos apenas, mas sim ligado à produção de identidades - múltiplas e plurais de homens e mulheres no interior das relações e práticas sociais, e, portanto, nas relações de poder” (SILVA, 2008, p. 4).

Endossando a análise sobre a organização político-social dessas trabalhadoras em luta pelo reconhecimento identitário da categoria *quebradeiras de coco*, os pesquisadores Josoaldo Lima Rêgo e Maristela de Paula Andrade (2006) destacam que:

As quebradeiras de coco babaçu [...] têm construído nas últimas duas décadas, fortes instrumentos de intervenção política nas estruturas de poder local e nacional. As características do processo de mobilização política dessas mulheres e suas famílias fazem com que as entidades que elas integram sejam identificadas como instituições de luta e resistência contra as ações de grandes proprietários de terra e mesmo de instância de Governos. Essas lutas e toda a resistência têm sido evidenciadas, principalmente, por meio de “bandeiras de luta” levantadas em favor de práticas ambientais e econômicas específicas, assim como do reconhecimento de uma identidade – quebradeira de coco (RÊGO, ANDRADE, 2006, p.52).

A citação ora apresentada ratifica o empoderamento dessas *quebradeiras de coco* que mobilizadas político e socialmente romperam a condição de mulheres *invisíveis* – subordinadas ao espaço privado dos seus lares – para inserirem-se nos espaços públicos nos quais adquiriram a visibilidade necessária ao reconhecimento da sua condição de mulher trabalhadora, cuja tarefa de quebrar cocos passou a ser reconhecida como atividade profissional. Desta forma, as extrativistas do babaçu não somente conseguiram implantar uma categoria identitária que as representa, como passaram a atuar nas instâncias políticas, pois segundo a historiadora Viviane de Oliveira Barbosa (2000):

[...] a valorização de uma identidade grupal foi fundamental para que essas mulheres buscassem caminhos para atingir seus objetivos [...] o reconhecimento dessas mulheres enquanto sujeitos políticos [...] rompe as fronteiras do espaço vivencial [...] Na medida em que a organização foi crescendo política e economicamente, algumas dessas quebradeiras passaram a coordenar cooperativas e

associações políticas e várias de suas lideranças assumiram a direção de sindicatos ou passaram a exercer cargos político-institucionais, como o de vereadoras (BARBOSA, 2007, p 5-8).

Nota-se que as afirmações da mencionada historiadora seguem a mesma linha de argumentação dos pesquisadores citados anteriormente, ou melhor, ratificam a organização política e social desenvolvida por estas trabalhadoras como o principal instrumento de luta no processo de reconhecimento das *quebradeiras de coco* como sujeitos constituídos por identidades “plurais, múltiplas [...] que se transformam, que não são fixas ou permanentes” (LOURO, 1997, p.25). Reconhecimento este que vem adquirindo maior “representatividade dentro de uma sociedade em que as condições étnico-racial e de gênero apontam para a exclusão de muitos e inclusão de poucos” (BARBOSA, 2007, p8).

Ao discorrer sobre o caráter político-social que envolve a construção de uma categoria identitária, faz-se oportuno mencionar a análise realizada por Stuart Hall (2000):

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (HALL, 2000, p. 109).

Diante dessa análise chega-se a conclusão de que a “a constituição de uma identidade social é um ato de poder, pois se uma identidade consegue se afirmar é apenas por meio da repressão daquilo que a ameaça” (LACLAU, 1990 apud HALL, 2000), ou seja, a categoria identitária das *quebradeiras de coco* extrapola o sentido basilar da atividade econômica desenvolvida por essas extrativistas para instaurar uma nova identidade político-social alicerçada, sobretudo, nas reivindicações dessas trabalhadoras que:

[...] têm buscado alcançar representatividade em uma sociedade que historicamente as discrimina sob um tripé: de cor/ “raça” /etnia,

de “sexo” /gênero e de classe. Em decorrência disso, está havendo uma releitura das percepções sobre os afazeres que circundam uma “quebradeira de coco babaçu”. Essas trabalhadoras têm buscado desconstruir discursos e práticas que solidificam uma diferença geradora de desigualdades de tratamento entre homens e mulheres (BARBOSA, 2007, p.13).

Conclui - se, ainda, que as trabalhadoras da comunidade do Cocho de Dentro não podem ser inscritas nesta categoria. Essa constatação se justifica principalmente, pelo fato do Estado da Bahia não está localizado entre as regiões de maior ocorrência de babaçuais, o que torna o extrativismo deste recurso esporádico – a exemplo do realizado na mencionada comunidade. Portanto, por não ser uma atividade lucrativa nem ocupar grandes áreas rurais, essa atividade extrativista não ocasiona conflitos, os quais originaram a formação identitária das *quebradeiras de coco* nas demais regiões do país. E também, pelo fato de não ser vista como atividade profissional de importância sócio-econômica pelos respectivos moradores deste povoado, bem como pelos companheiros das referidas depoentes, e sim como mais uma atividade que auxilia na renda familiar e que se traduz como tipicamente feminina.

Cabe salientar que o caráter esporádico do extrativismo do babaçu aliado à desvalorização econômica e ao não reconhecimento profissional dessa atividade se configura como um dos principais fatores para que as mulheres, listadas nesta pesquisa, não percebam a necessidade de se organizarem social e politicamente – como as trabalhadoras inseridas no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) – e, por esta razão, continuam se autodenominando lavradoras e demonstrando forte identificação com o estereótipo da vida doméstica. Mas, apesar de não se descreverem, ainda, como trabalhadoras capazes de produzirem autonomamente a renda que promove ou auxilia o sustento familiar, suas ações e depoimentos autorizam apontá-las como mulheres empoderadas.

Deve-se salientar, também, que a referida ausência de mobilização sócio-política, por parte das mencionadas depoentes, configura-se como a principal razão delas não reconhecerem o próprio empoderamento, pois como enfatiza Lygia Mariane Bordonal (2011):

Empoderar-se significa a alteração radical das estruturas que reproduzem a posição da mulher como submissa. O empoderamento também pode ser uma forma de combate à pobreza e de mudança

nas relações de poder [...] Para que aconteça o empoderamento, as mulheres devem se conhecer melhor, saber de suas vontades, seus desejos, acreditarem em si mesmas (BORDONAL,2011,p.7).

As mulheres entrevistadas ainda não se caracterizam nesta condição por não quebrarem o paradigma da condição submissa em prol do combate e do enfrentamento das condições que estão postas acerca da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero. Perceber os estereótipos, os preconceitos e o sexismo serão a grande reviravolta para que ocorra o empoderamento dessas mulheres e a conseguinte crença nas suas potencialidades. De qualquer modo, na comunidade pesquisada, as entrevistadas registradas no próximo tópico apontam alguns dados relevantes quanto ao trabalho do lar, em algumas tarefas e ainda quanto ao papel de paternar e maternar, o que já direciona certa consciência masculina em relação aos trabalhos destinados historicamente para homens e para mulheres.

Seguindo este mesmo raciocínio Teresa Kleba Lisboa (2008) ressalta que:

[...] o empoderamento das mulheres é condição para a equidade de gênero. O primeiro passo para o empoderamento deve ser o despertar da consciência por parte das mulheres em relação à discriminação de gênero: reconhecer que existe desigualdade entre homens e mulheres, indignar-se com esta situação e querer transformá-la. Para se empoderarem, as mulheres devem melhorar a auto-percepção que tem sobre si mesmas, acreditar que são capazes de mudar suas crenças em relação à submissão e despertar para os seus direitos (LISBOA, 2008, p 3).

Portanto, mesmo inconscientemente as mulheres que desenvolvem o extrativismo do coco babaçu como atividade econômica no respectivo povoado, estão se tornando empoderadas e tomando parte de decisões antes nunca destinada às mulheres. Fato este comprovado através dos seguintes aspectos: a autonomia econômica que elas conquistaram com o trabalho de feirantes, a inserção delas em instituições associativas, onde discutem e tomam decisões voltadas à melhoria da qualidade de vida, bem como a participação em empreendimentos como a Unidade de Beneficiamento de Coco Babaçu (UBCB) analisada no capítulo anterior. Esses dados revelam que as mencionadas trabalhadoras têm alcançado algumas das principais reivindicações do movimento feminista: maior participação e visibilidade na esfera pública. E embora ainda não tenham percebido a relevância e

a dimensão destes acontecimentos, isso vem proporcionando-lhes gradativa ascensão social.

Vale ressaltar, no entanto, que a inserção e a conseguinte visibilidade da figura feminina nos espaços públicos ainda não foram, de modo geral, suficientes para promover a igualdade entre homens e mulheres, especialmente no mercado de trabalho formal³⁶, pois no desempenho de profissões consideradas mais qualificadas e de melhores rendimentos salariais a predominância é masculina, ou seja, a divisão sexual do trabalho ainda é um evento recorrente nas sociedades atuais, acontecimento este apontado, por alguns estudiosos, como um dos principais entraves para a plena ascensão social da mulher.

No próximo item serão traçadas algumas considerações acerca da divisão sexual do trabalho, perpassando pelas relações de poder estabelecidas entre os gêneros no transcurso dessa disparidade.

³⁶ Para maior aprofundamento sobre a participação feminina no mercado de trabalho formal e informal, ver SORJ (2004).

5.2. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: ENTRAVE PARA A ASCENSÃO SOCIAL DA MULHER

A divisão sexual do trabalho é considerada por muitos pesquisadores como um fenômeno histórico e socialmente construído, como pode ser observado nas colocações da especialista em administração Almira Ferraz Gomes (2005);

[...] nas sociedades primitivas, o lar era, na verdade, a principal unidade econômica de produção. Ali se tecia a lã, confeccionava-se o vestuário, coziam-se as cerâmicas, preparava-se o alimento, mantinham-se os animais domesticados e, ao seu redor, cultivavam-se as plantações. Nesse contexto, a mulher assumia uma posição verdadeiramente nuclear na unidade de produção, que também era o seu lar. Ali começava uma rígida divisão de tarefas entre os sexos, em que o trabalho fora do lar tendia a ficar vedado à participação feminina. E assim continuou no decorrer de muitos séculos, com pequenas alterações (GOMES, 2005, p.3).

As colocações da referida autora evidenciam que a mulher, desde as eras mais remotas, sempre contribuiu com sua força de trabalho para o desenvolvimento econômico e principalmente para o sustento familiar. No entanto, por ficarem restritas ao espaço privado, em suas residências, seus serviços eram desprovidos de remuneração e reconhecimento, ou seja, elas permaneciam *invisíveis*.

Diante da citação apresentada cabe afirmar, ainda, que a divisão sexual do trabalho é um instrumento de opressão imposto às mulheres ao longo dos séculos e em diversas nações, a exemplo do Brasil onde “[...] a divisão do trabalho por sexo se consolidou na Colônia, fortalecendo a dupla opressão da mulher: de sexo e de classe” (TELES 1999, p. 21). Essa opressão de classe é ratificada pela escritora Mary Del Priore (2006) “[...] as mulheres ficavam com as tarefas menos especializadas e remuneradas: os cargos de direção e concepção como os de mestre, contramestre e assistente, cabiam aos homens” (DEL PRIORE, 2006.p.584).

Deve-se ressaltar que a opressão masculina imposta às trabalhadoras está intrinsecamente relacionada à distinção entre o trabalho considerado como produtivo – serviço realizado no âmbito público e que geram o pagamento de salários – e o de caráter reprodutivo, serviços efetuados pelas mulheres na esfera privada, geralmente, desprovidos de remuneração. Distinção esta que nas afirmações de Marcondes et al (2003):

[...] é um dos principais elementos organizadores da atribuição de hierarquia e valor que legitima o que seria um “verdadeiro trabalho”, conferindo poder a quem o realiza e perpetuando as condições para a divisão e desigualdade do trabalho entre os sexos (MARCONDES et al,2003.p 93).

Nas afirmações do referido autor, percebe-se a situação de desvantagem profissional das mulheres frente aos homens, ou seja, a maioria delas ainda permanece desempenhando serviços considerados reprodutivos.

Esta situação de desvantagem é apontada, também, por pesquisadoras como Cristina Aranha Bruschini (2007):

[...] o maior contingente de trabalhadoras continua sendo composto por um grupo de ocupações precárias: empregadas domésticas, trabalhadoras não remuneradas e as que trabalham para o próprio consumo e o consumo familiar, principalmente no setor agrícola (BRUSCHINI, 2007. p.p 570.571).

As considerações da mencionada pesquisadora autorizam dizer que as mulheres, mesmo inseridas nos espaços públicos, ainda não conseguiram ascender-se profissional e socialmente como é o ideal numa sociedade democrática que prima pela equidade de direitos.

Segundo o Fórum Econômico Mundial (FEM) 2005, as mulheres não conseguem essa ascensão devido à manutenção das desigualdades entre os representantes de ambos os sexos.

Essas diferenças são estabelecidas por cinco dimensões: a *participação econômica*, ou seja, mesmo com a massiva inserção feminina no mercado de trabalho, as mulheres ainda “[...] ganham menos de 78% da remuneração paga a homens pelo mesmo trabalho” (FEM, 2005, p.7); a *oportunidade econômica*, isto é, a mão-de-obra feminina continua “concentrada em empregos com baixos salários, sem qualificação e oportunidade pessoal de crescimento” (FEM, 2005, p.9); o *empoderamento político*, visto que falta às mulheres “representação equitativa em estruturas de tomada de decisão, formais e informais [...] seu direito à voz na formulação de políticas que afetam a sociedade na qual estão inseridas” (FEM, 2005, p. 10); o *avanço educacional*, pois “sem educação de qualidade comparável à recebida por meninos e homens, as mulheres não conseguem empregos bem-

pagos, nem avanços na carreira, participação e representação no governo” (FEM, 2005, p 11); bem como a *saúde* e o *bem estar* “conceitos relacionados ao acesso à nutrição adequada, cuidados de saúde e facilidades reprodutivas, e a questões de segurança indispensável à integridade pessoal” (FEM, 2005, p. 12).

Os dados expostos anteriormente permitem concluir que essas desigualdades refletem as imbricadas relações de gênero e poder que permeiam a vida em sociedade, especialmente no âmbito do trabalho, pois como enfatiza Delza Teixeira (2006):

A assimetria e a hierarquia entre os trabalhos desenvolvidos por homens e mulheres espelham a forma desigual com que se relacionam na sociedade e, assim, o trabalho é dividido conforme a organização que permeia as relações de gênero (TEIXEIRA, 2006, pp.22,23).

Para compreender como essas disparidades são fomentadas, faz-se necessário retomar alguns conceitos que versam sobre gênero. Dentre os quais se destaca a abordagem realizada pela especialista Joan Scott (1989):

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, [...] é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder [...] (SCOTT, 1989, p 21).

Na abordagem apresentada observa-se que as relações de gênero são pautadas nas diferenças socialmente construídas, ou seja, excedem a questão basilar da diferenciação física entre homens e mulheres, fato este observado também, na reflexão de Anailde Almeida (2010):

Cada sociedade constrói padrões de comportamento para o masculino e o feminino que extrapolam as diferenças sexuais, biológico-genéticas e organizam valores, normas e privilégios diferenciados. Colocam o masculino e o feminino em condições desiguais de sobrevivência (ALMEIDA, 2010.p.17).

Sendo notado, ainda, na análise efetuada pela especialista Ana Alice Costa (2000):

[...] a sociedade através de suas instituições (aparelhos ideológicos), da cultura, das crenças e tradições, do sistema educacional, das leis civis, da divisão sexual e social do trabalho, constroem mulheres e homens como sujeitos bipolares, opostos e assimétricos: masculino e feminino envolvidos em uma relação de domínio e subjugação. (COSTA, 2000.p 3)

As colocações apresentadas possibilitam reafirmar que as diferenças entre homens e mulheres, particularmente no setor trabalhista, estão intimamente ligadas às relações de gênero e poder instauradas pela sociedade, esta “espera ainda hoje que a mulher desempenhe, prioritariamente, o papel de esposa, dona de casa e, cumulativamente, o de profissional” (ALMEIDA, 2010, p.32). Possibilitam, também, concluir que a sociedade – ao instaurar papéis sociais diferenciados para cada sexo – estabelece as relações de poder, sobretudo nas esferas econômica, ideológica e política, exercidas entre os indivíduos “nas quais umas são sujeitos, outras objetos [...] a dominação dos homens sobre as mulheres alicerça esses poderes” (TELES, 1999, p.43).

Cabe ressaltar que “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 1979 apud MAIA, 1995). É justamente essa “capacidade de recalitrar, de se insurgir, de se rebelar e resistir” (MAIA, 1995, p.91) que tem impulsionado a mulher na conquista, cada vez maior, dos espaços públicos, sobretudo em áreas profissionais até pouco tempo restritas aos homens. Portanto, a resistência feminina frente à dominação masculina ilustra o poder, o qual de acordo com Antônio C. Maia (1995):

[...] traz à ação relações entre indivíduos [...] é luta, enfrentamento, disputa, relação de forças, estratégia, onde se tem por objetivo acumular vantagens e multiplicar benefícios [...] A base das relações de poder seria o confronto belicioso das forças sociais em antagonismo constante (MAIA, 1995, p.91).

Vale destacar que durante a realização desta pesquisa foi possível observar como as trabalhadoras do referido povoado interpretam essas relações, principalmente no que tange à realização das atividades laborais. Nas entrevistas as depoentes informaram que na respectiva comunidade não há distinção de serviços masculinos ou femininos, pois segundo elas os seus pais e consortes sempre participaram de todos os trabalhos, desde algumas tarefas domésticas, o paternar, até o extrativismo do coco babaçu. Como pode ser comprovado nos seguintes depoimentos:

Enquanto mãe tava quebrando coco, as veis ele (o pai, grifo nosso) tava pelando já pra secá, pra quebrar de noite, era muita coisa pra fazer, as veis cortano uma banana pra botá pra madrucê, palntano mandioca, a gente plantava muita mandioca [sic] (Maria de Hermínio, entrevista concedida em 21/04/2012).

Era ele (o marido, grifo nosso) catando e botando no terreiro e eu pelano e quebrano (os cocos de babaçu, grifo nosso), aí chegou um tempo nois começou trabalhá no garimpo, aí a gente garimpava [...] Ele ajudava, dava banho, dava de cumê (às crianças, grifo nosso), lavava roupa [sic] (Maria Margarida, entrevista concedida em 21/04/2012).

Era tudo misturado, quando mãe saia, a merma coisa que mãe fazia ele (o pai, grifo nosso) fazia, tomava conta dos mininos direitinho, até água na bacia pros mininos tomá banho ele botava, ainda pegava o pente pra gente pintiar os cabelos dos irmãos pequenos, ele ajudava em tudo [sic] (Lindalva, entrevista concedida em 21/04/2012).

[...] a mãe de Maria (Maria de Hermínio, grifo nosso) mais o pai também, eles iam, pegava o animal, ia pro mato, chegava lá [...] arrumava a carga de coco e trazia pra casa, aí a mulé já ficava em casa pelando pra botá pra secá, aí ele voltava pra buscar mais, procurá mais no mato pra trazê [...] sempre, às veis, ia os dois, aí quando já tinha junto(uma quantidade considerável de cocos, grifo nosso) em casa, aí a mulé ficava em casa fazendo a outra parte que era pelar pra botá para secá ,aí o home ia procurá mais [sic] (Dona Luiza, entrevista concedida em 21/04 2012).

Era pai e mãe, pai caçava (coletava o coco, grifo nosso) e mãe na marreta de dia à noite quebrano e tirano na luz do candeeiro que o coco não secava direito, pra sair assim sequinho, era tudo assim na pontinha da faca, assim aqueles pedacinhos miudinhos pra tirá [...] Hoje, meu pai morreu, as pernas era cheia de veia, que já não aguentava mais de tanto caçá coco, pegano peso [sic] (Maria da Conceição, entrevista concedida em 26/02/2012).

Os relatos apresentados além de ilustrarem, de maneira contundente, o árduo trabalho no extrativismo do babaçu realizado por essas mulheres e suas famílias, também evidenciam que para elas não existe uma divisão sexual do trabalho tão perversa nesse povoado, pois o fato de seus pais e cônjuges participarem das atividades domésticas – ajudarem a cuidar dos filhos pequenos e na faxina da casa – bem como da atividade econômica de quebrar coco babaçu, mostra que homens e mulheres sempre laboraram juntos, ou seja, realizavam as mesmas tarefas, embora muitas tarefas consideradas historicamente como sendo de ‘natureza feminina’ ainda sejam realizadas por elas. São algumas, dentre tantas:

lavar e passar roupas, cozinhar. É como se para os homens estas atividades continuem sendo de 'natureza feminina'.

Vale destacar, no entanto, que a falta de percepção acerca da divisão sexual do trabalho, evidenciada pelas citadas entrevistadas, é totalmente compreensível, pois em seus depoimentos elas expressam, apenas, suas vivências e leituras de mundo, isto é, retratam a ideologia propugnada pela família, "cultura, crença e tradição" na qual foram educadas. Isso permite avaliar que, mesmo conquistando maior incorporação na esfera pública, essas depoentes, ainda não tiveram acesso a espaços formativos, a exemplo de instituições de ensino, nos quais possam adquirir os conhecimentos imprescindíveis ao entendimento da sua condição de mulher, cidadã e trabalhadora. Elas falam a partir do lugar delas como esposas, filhas e mães e de suas leituras encarnadas nas experiências cotidianas de vida. Deslocarem-se desse lugar e realizarem outras leituras possíveis, é o desafio que está posto.

Considerações Finais

No Estado da Bahia o extrativismo do coco babaçu é considerado uma atividade esporádica e, por este motivo, não dispõe da representatividade econômica, política e social que ocorre nas demais regiões do país. Mesmo assim, nesta pesquisa comprovou-se que esta prática extrativa fez, e continua fazendo, parte da história de vida de muitos habitantes da comunidade do Cocho de Dentro, estes, por longos anos, retiravam dos babaçuais a renda que promovia o sustento familiar. Cabe salientar, no entanto, que essa atividade extrativista, embora continue sendo realizada, não representa mais o principal meio de subsistência para a maioria das pessoas residentes nesta localidade.

O conhecimento da existência dessa prática extrativa no referido povoado foi o principal motivo para a realização desta pesquisa, todavia, analisar a implantação da Unidade de Beneficiamento do Coco Babaçu nesta localidade, a fim de identificar se houve melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes e a ascensão social das quebradeiras de coco, tornou-se o principal objetivo deste estudo. Nesta análise constatou-se que a mencionada UBCB se configura como um empreendimento social, pois tem na comunidade o seu principal eixo de atuação (PESSOA, 2005), na qual pode gerar transformações sociais com a utilização de poucos recursos financeiros e com a ação solidária dos membros dessa comunidade (DEES, 1998).

Cabe lembrar, que a referida UBCB foi inaugurada recentemente e, por esta razão, os dados coletados durante a realização deste trabalho forneceram, apenas, uma visão parcial acerca da atuação deste empreendimento na localidade estudada. Estes dados evidenciaram que a Unidade de Beneficiamento ainda não alcançou a sua principal meta: a geração de emprego e renda para os moradores. No entanto, pôde-se observar que outras metas vêm sendo consolidadas, a exemplo da preservação ambiental, sobretudo, da palmácea *Orbignya speciosa*, assegurada pela extinção do comércio indiscriminado dos coquilhos de babaçu para as olarias da cidade, bem como pelo extrativismo sustentável implantado por este empreendimento.

Outra relevante meta que vem sendo alcançada por esse empreendimento é a ampliação do potencial econômico do coco babaçu, promovida pela utilização dos

maquinários adquiridos pela ACMACD. Com o uso dessas máquinas alguns membros da Associação local, especialmente as mulheres participantes deste estudo, tiveram a oportunidade de agregar novos conhecimentos à antiga prática extrativa e aprenderam novas técnicas de aproveitamento dos coquilhos – extração de óleo e leite, produção de ração para animais de pequeno porte, adubo e carvão – desta forma, iniciaram a fabricação artesanal de uma linha de subprodutos cosméticos e alimentícios, a “Bahia, babaçu”. Cabe ressaltar, que a UBCB ainda não conseguiu atender as exigências impostas pelos órgãos públicos que regulamentam a produção e comercialização desse tipo de mercadoria. Isso tem inviabilizado o fabrico e a venda destes produtos em grandes quantidades, ou seja, impedido a geração de postos de trabalho e a conseguinte melhoria da qualidade de vida dos habitantes locais.

Portanto, os referidos dados não foram suficientes para comprovar que a instalação da citada UBCB trouxe melhorias para a qualidade de vida dos moradores dessa comunidade, por outro lado, pôde-se constatar que esse empreendimento desponta como um relevante canal para a inserção das mulheres – principalmente das trabalhadoras elencadas neste estudo – nos âmbitos públicos, nos quais elas têm adquirido maior visibilidade e relativa ascensão social, ou seja, se tornado mulheres empreendedoras e empoderadas, apesar de não expressarem consciência desse fato.

Outra observação pertinente é que o baixo grau de escolaridade apresentado por estas senhoras durante as entrevistas e as observações participantes, não lhes permite reconhecer as mudanças ocorridas na sua condição de mulher trabalhadora, pois mesmo inseridas em outros espaços – Associação Comunitária dos Moradores e Agricultores do Cocho de Dentro (ACMACD), Associação dos Produtores e Agricultores Ecológicos de Jacobina (APAEJ) e a Unidade de Beneficiamento do Coco Babaçu (UBCB) – onde contribuem para a tomada de decisões nunca antes destinadas à figura feminina, continuam se identificando em seus discursos apenas como lavradoras. Essa identidade reflete a forte ligação com o espaço privado do lar, pois o extrativismo do coco babaçu e o labor na roça (plantação de hortaliças orgânicas) são considerados como atividades reprodutivas, ou seja, como extensão dos serviços domésticos, os quais são

comumente realizados por mulheres e desprovidos de vínculos empregatícios, por isso não são reconhecidos como trabalho/profissão.

Vale lembrar que a construção do perfil identitário destas mulheres foi um dos objetivos específicos desta pesquisa, e sendo assim, o cruzamento entre os dados coletados em campo e as demais fontes analisadas possibilitaram compreender que o extrativismo do babaçu, efetuado neste povoado, diverge em muitos aspectos do praticado nas demais regiões do país. Foi possível entender ainda que a inexistência de conflitos pelo acesso aos babaçuais – típicos destas regiões – a desvalorização profissional e econômica desta atividade por parte dos moradores locais – que não reconhecem a prática de quebrar cocos como trabalho, mas sim como um auxílio na renda doméstica – configuram os principais motivos para que elas se identifiquem social e profissionalmente como lavradoras e não como *quebradeiras de coco*.

As referidas depoentes, ao assumirem em seus relatos, a condição de lavradoras, demonstram que ainda continuam identificadas com o espaço privado do lar, visto que mesmo inseridas nos espaços públicos onde são trabalhadoras autônomas (feirantes) e empreendedoras, pois estão transformando o extrativismo do babaçu num empreendimento mais lucrativo – a fabricação artesanal de produtos comestíveis e cosméticos – elas não se reconhecem como mulheres portadoras de múltiplas identidades, capazes de desempenhar diversificados papéis sociais. E isso ratifica a invisibilidade e a conseguinte desvalorização do trabalho efetuado por estas mulheres, bem como a sua condição de subalternidade.

A identificação com o espaço privado do lar e o baixo grau de escolaridade destas senhoras não lhes permite reconhecer a existência da divisão sexual pelo trabalho, embora esta não se manifeste no povoado do Cocho de Dentro de forma tão acentuada, visto que alguns homens (pais/consortes) auxiliam na realização das tarefas domésticas e no extrativismo do babaçu. A responsabilidade pelas atividades consideradas historicamente como sendo de ‘natureza feminina’, tais como: lavar e passar roupas, cozinhar, quebrar cocos, entre outras, continua sendo delas. Não lhes permite, também, realizar outras leituras da sua condição de mulher e perceberem que estão gradativamente conquistando maior visibilidade e respectiva ascensão social nos espaços públicos, bem como na própria comunidade em que vivem.

É válido salientar que cada entrevistada listada nesta pesquisa expressa em suas narrativas “a visão de mundo [...] em razão de sua experiência de vida, sua formação, seu meio” (PINSKY, 2006), ou seja, elas retratam a ideologia propugnada pela família, “cultura, crença e tradição” na qual foram educadas, neste caso, na comunidade do Cocho de Dentro, com grau de escolaridade baixo e com leituras vivenciais acerca da condição feminina. Portanto, é compreensível que elas ainda aceitem como sendo da “natureza feminina” a divisão sexual pelo trabalho, cabendo à mulher as tarefas do lar, dos filhos e o cuidado pelos familiares e esposo.

Sendo assim, perceber que a sua condição feminina extrapola os estereótipos de esposa e mãe e, sobretudo, reconhecer-se noutros papéis sociais, certamente, é o maior obstáculo a ser transposto por essas mulheres para que consolidem a ascensão social que começam a galgar.

Referências

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Quebradeiras de Coco - identidade e mobilização: legislação específica e fontes documentais e arquivísticas**. São Luís, 1995.

ALMEIDA, Anailde. **A construção social do ser homem e ser mulher** – Salvador: EDUNEB, 2010 (112 p.).

ARÁN, Márcia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 11(2): 399-422 julho-dezembro /2003.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Na terra das palmeiras: gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão** - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007. 160 f.

BORDONAL, Lygia Mariane, **Empoderamento: processos decisórios das mulheres chefes de família na perspectiva de gênero**. [online] Disponível em <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Lygia%20e%20cia.pdf>. Acesso em 07 de setembro de 2012.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha: **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**. Fundação Carlos Chagas, Grupo de Pesquisas Socialização de Gênero e Raça - Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

CENTRO DE MONITORAMENTO DE AGROCOMBUSTÍVEIS (CMA) - ONG Repórter Brasil, **O Brasil dos Agrocombustíveis: Impactos das Lavouras sobre a Terra, o Meio e a Sociedade** - Palmáceas, Algodão, Milho e Pinhão-manso. 2008. [online] Disponível em <http://www.agrocombustiveis.org.br>. Acesso em 07 de setembro. 2012.

CHIAVENATO, Idalberto: **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilidade de novas empresas: um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio**. - 2.ed. rev. E atualizada. - São Paulo: Saraiva, 2007.

CORREA, Monica: **Variedades gemológicas de quartzo na Bahia, geologia, mineralogia, causas de cor, e técnicas de tratamento**. São Paulo, 2010.170f.

COSTA, Ana Alice Alcântara: **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1. setembro. 2005.

_____. **Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM/UFBA, Salvador, 2000.

DIAS, Luciene de Oliveira. Mulheres de fibra: as estratégias das quebradeiras de coco no Tocantins como um marco empírico para o desenvolvimento sustentável.[online] Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do>? Acesso em 12 de julho de 2012.

DEES, J. Gregory, Tipos de Empreendedorismo. **Revista Eletrônica do Executivo Moderno**. Disponível em:<<http://www.executivosenegocios.com.br>> Acesso em 07 de abr. de 2012.

DINIZ, Marcos Paulo. **Empreendedorismo, uma nova visão**: enfoque no perfil empreendedor. [online] Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/97cc241db9bd939e03257170004bcd72/7541a4580712f24383257674004961fb/\\$FILE/PUBLICA%C3%87%C3%83O%20-%20MARCOS%20PAULO%20DINIZ.doc](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/97cc241db9bd939e03257170004bcd72/7541a4580712f24383257674004961fb/$FILE/PUBLICA%C3%87%C3%83O%20-%20MARCOS%20PAULO%20DINIZ.doc). Acesso em 18 de maio de 2012.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor**. São Paulo: Cultura, 1999. 280 p.

DORNELAS, José Carlos. **Empreendedorismo**: ter ou não ter o próprio negócio?[online] Disponível em <http://www.josedornelas.com.br/artigos/ter-ou-nao-o-proprio-negocio/>. Acesso em 07 de setembro. 2012.

DOSSIÊ TÉCNICO, **Cultivo de babaçu e extração do óleo**. Centro de apoio ao desenvolvimento tecnológico da Universidade de Brasília – CDT/UNB. 2007. Disponível em: <http://www.sbirt.ibict.br/dossie-tecnico/downloadsDT/NzA>. Acesso em 07 de setembro. 2012

FERREIRA, Verônica C. **Entre Emancipadas e Quimeras - Imagens do Feminismo no Brasil**. Cadernos AEL, N. 3/4, 1995/1996.

FILION, Louis Jacques, **O planejamento do seu sistema de aprendizagem empresarial: identifique uma visão e avalie o seu sistema de relações**. Revista de Administração de Empresas São Paulo, Jul./Set. 1991

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, **Empoderamento das mulheres. Avaliação das disparidades globais de gênero**. Genebra, 2005. [online] Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/equidade/Aba%205%20-%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20das%20disparidades%20de%20g%C3%AAnero.pdf>. Acesso em: 11 de junho. 2012.

GOMES, Almira Ferraz: O outro no trabalho: mulher e gestão. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1-9, julho/setembro 2005.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HISRICH, Robert D. PETERS, Michael, P. **Empreendedorismo**. 5 ed. São Paulo: Bookman, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Censo Demográfico 2010**. [online] Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=291750>. Acesso em :07 de setembro.2012.

JONATHAN, Eva Gertrudes, Mulheres empreendedoras: medos, conquistas e qualidade de vida, **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 373-382, set./dez. 2005.

LEITE Andréia, Empreendedorismo e Novas Tendências. **Estudo EDIT VALUE Empresa Júnior**, n.º 05, abr. 2007. 37p.

LIMA, J. R. O.; SILVA, R. B. S.; SILVA, C. C. M.; SANTOS, L. S. S.; SANTOS JUNIOR. J. R.; MOURA, E. M.; MOURA, C. V. R. Biodiesel de Babaçu (*Orbignya sp.*) obtido por via etanólica. **Química Nova**, v. 30, n. 3, p. 600-603, 2007.

LIMA, J. L. S. de. **Plantas forrageiras das Caatingas: usos e potencialidades**. Petrolina, PE: Embrapa - CPTASA/PNE/RBG-KEW, 1996.44 p.

LISBOA, Teresa Kleba. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In: **FAZENDO GÊNERO 8 – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

LOURO, Guacira Lopes: **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista** – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACHADO, Joana Paula et al. **Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba : IBQP, 2010.165 p. Disponível em: <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br>> Acesso em 03 de abr. de 2012.

MAIA, Antônio C. **Sobre a analítica do poder de Foucault**. Tempo Social; Rev. Social. USP, SP, 83-103, outubro de 1995.

MARCONDES, Willer Baumgartemo et al: **Peso do trabalho “leve” feminino à saúde**. São Paulo : Perspectiva, 17(2): 91-101, 2003.

MARTINS, Tais. O conceito de desenvolvimento sustentável e seu contexto histórico: algumas considerações. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 382, 24 jul. 2004. 02 p. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/5490>>. Acesso em: 09 de abr. 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral** – 3 ed. Edições Loyola. 2000 – São Paulo, Brasil, 1996.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **As relações de produção e o extrativismo do babaçu nos Estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins**. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org). **Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados**. São Luís: MIQCB, 2001.

MIRANDA, Cristina Maria Schmitt, CASSOL Neidi Krewer, SILVEIRA, Amélia, **Gestão Empreendedora: perfil e trajetória das mulheres gestoras de uma instituição de Ensino Superior**. Disponível em: <<http://www.inpeau.ufsc.br>> Acesso em: 04 de abr. de 2012.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e memória: a cultura popular revisitada** – 3 ed. São Paulo: contexto, 2001.

MOURA, João Carlos da Cunha, ROCHA, Karen Karolina Silva, PASSOS, Laís Sanches Silva dos: **As quebradeiras de coco e o livre acesso aos babaçuais: dilemas entre o reconhecimento étnico e o desenvolvimento econômico das áreas rurais**. In: **V ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS**, Florianópolis, 4 a 7 de outubro, 2010.

MOREIRA, Nathalia Carvalho; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; LIMA, Afonso Augusto Teixeira de Freitas Carvalho and CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. **Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social**. **Rev. Adm. Pública** [online]. 2012, vol.46, n.2, pp. 403-423. ISSN 0034-7612. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122012000200004>.

NATIVIDADE, Daise Rosas da. **Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise**. **Revista de Administração Pública** (RAP). Rio de Janeiro, vol.43, n.1, pp. 231-256, jan./fev. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10>> Acesso em: 12 de abr. de 2012.

NETO, Joaquim Shiraishi. **A reconceituação do extrativismo na Amazônia: práticas de uso comum dos recursos naturais e normas de direito construídas pelas quebradeiras de coco babaçu** (NAEA/UFBA)1997.

PARENTE, E. J. de S. **Biodiesel: uma aventura tecnológica num país engraçado**. Fortaleza: Tecbio, 2003. 68 p.

PAULA ANDRADE, Maristela de. **História de Mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. **Agrária**, São Paulo, nº 03, pp. 47-57, 2005.

PERROT, Michelle: **Minha história das mulheres** São Paulo: Contexto, 2007.

PESSOA, Eliana, **Tipos de empreendedorismo: semelhanças e diferenças.** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br>> Acesso em 07 de abr. de 2012.

PICCIANI, J. R.S. Informações sobre coco babaçu. **Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas** - SBRT - 2007. [online] Disponível em: <<http://www.sbrt.ibict.br>>. Acesso em: 8 jan. 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas.** 2 ed. São Paulo:Contexto,2006.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil** – 8 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RAGO, Margareth: Ser mulher no século XXI ou carta de alforria In: **A mulher brasileira nos espaços públicos e privado/** Gustavo Venturi, Marisol Recamán e Suely de Oliveira, organizadores. – 1 ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____ Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil; **Cadernos AEL**, n. 3/4, 1995/1996.

_____ Feminismo e Subjetividade em Tempos Pós-Modernos. [online] Disponível em: http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Feminismo_e_subjetividade.pdf >Acesso em :18 de maio de 2012.

RÊGO, Josoaldo Lima, ANDRADE, Maristela de Paula: História de mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no maranhão. **Agrária**, São Paulo, Nº 3, pp. 47-57, 2006.

RELATÓRIO DO CENTRO DE MONITORAMENTO DE AGROCOMBUSTÍVEIS - **ONG Repórter Brasil**, O Brasil dos agrocombustíveis. (CMA, 2008). [online] Disponível em: <http://www.agrocombustiveis.org.br>.

SCOTT, Joan: **Gênero: uma categoria útil para análise histórica/tradução:** Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila - Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

SILVA, Ana Lúcia Gomes da. Histórias de vida, memória e gênero: Histórias das Mulheres do Movimento de Mulheres de Jacobina – Bahia.Disponível em: <alb.com>.

br /arquivo-morto/edicoes.../ANAI17/COLE_699.pdf> Acesso em:21 de janeiro de 2012.

SOLER, Márcia Paisano; VITALI, Alfredo de Almeida ; MUTO, Eric Fumhio. Tecnologia de quebra do coco babaçu (Orbignya speciosa). **Ciênc. Tecnol. Aliment.** [online]. 2007, vol.27, n.4, pp. 717-722. ISSN 0101-2061. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-20612007000400007>.

TEIXEIRA, Delza Maria de Almeida. **Desemprego no setor bancário**: a condição da mulher (Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Belo Horizonte, 2006.93f.

TEIXEIRA, M. A. **Estimativa do potencial energético na indústria do óleo de babaçu no Brasil**. In: **ENCONTRO DE ENERGIA NO MEIO RURAL**, 3., 2000, Campinas. Disponível em<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000022000000200045 & lng = pt & nrm = abn>. Acesso em: 29 de abril de 2012.

TEIXEIRA, Rivanda Meira et al. Empreendedorismo jovem e a influência da família: a história de vida de uma empreendedora de sucesso. **REGE**, São Paulo – SP, Brasil, v. 18, n. 1, p. 3-18, jan./mar. 2011

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999 .

APÊNDICE

APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO

ANEXO

DEPOENTES E ASSOCIADOS DA ACMACD EM MUTIRÃO PARA QUEBRAR COCO BABAÇU



Fotografias: Tatielle Valois Rios Sena. Cocho de Dentro, em: 21/04/2012

DEPOENTES EM MUTIRÃO PARA QUEBRAR COCO BABAÇU



Fotografias: Tatielle Valois Rios Sena. Cocho de Dentro, em: 21/04/2012.

PRODUTOS DA “BAHIA, babaçu”

Sabonetes



Embalagem presenteável



Óleo Natural de Babaçu



Hidratante Corporal

Fotos disponíveis em: <<http://www.associacaocochedentro.blogspot.com/p/banco-de-imagens.html>> Acesso em 08 de abr.2012.